

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ FELIPE DE SOUZA PRIGOL

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FISCAL DA LEI E O DEVIDO PROCESSO LEGAL:  
UMA PESQUISA NAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

CURITIBA

2017

LUIZ FELIPE DE SOUZA PRIGOL

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FISCAL DA LEI E O DEVIDO PROCESSO LEGAL:  
UMA PESQUISA NAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Direito, Curso de Bacharelado em Direito - Habilitação em Direito do Estado, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. André Ribeiro Giamberardino

CURITIBA

2017

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

LUIZ FELIPE DE SOUZA PRIGOL

O MINISTÉRIO PÚBLICO FISCAL DA LEI E O DEVIDO PROCESSO LEGAL:  
UMA PESQUISA NAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Direito, Curso de Bacharelado em Direito - Habilitação em Direito do Estado, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. André Ribeiro Giamberardino  
Orientador - Núcleo de Prática Jurídica

---

Prof. Dr. Jacson Luiz Zilio  
Departamento de Direito Penal e Processual Penal

---

Prof. Dra. Priscilla Plachá Sá  
Departamento de Direito Penal e Processual Penal

Curitiba, 23 de novembro de 2017

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro, devo agradecer aos que sem a ajuda não teria realizado essa pesquisa. À Promotora de Justiça Beatriz Spindler de Oliveira Leite e às colegas Agatha Rotoli de Macedo Kalkmann e Bruna Amorim Saviato: muito obrigado por todo o ensinamento, atenção e paciência.

Aos meus amigos da faculdade, os quais me acompanharam desde 2013: André Mello, Caio Bezerra, Daniel Pilger, Guilherme Martelli, Gustavo Tondato, Hermínio Haggi, João Grycajuk, Murilo Garbin e Victor Costa. Encontrei em vocês ajuda e parceria constante dentro e fora da faculdade!

Ao meu orientador André Giamberardino pela chance de concluir o curso com consciência limpa acerca da área que escolhi depois desses anos de muita dúvida.

À minha família próxima, obrigado pela oportunidade que me deram de morar longe de casa e cursar uma faculdade pública, certamente a experiência mais enriquecedora da minha vida até agora! Pai, mãe e Pri, agradeço de coração por todo o apoio!

Last but not least, à minha companheira de todos os momentos. Tenho tudo a agradecer pela sua presença nestes últimos dois anos e tanto, pela sua família que me recebeu como parte de um deles, por me ajudar e me entender em qualquer hora, você sempre esteve aqui para mim! Muito obrigado, Sabrina Hatschbach Maciel.

## RESUMO

A presente monografia tem o objetivo de demonstrar a importância que o Ministério Público, como fiscal da lei, possui para o cumprimento do devido processo legal. Como um órgão defensor da ordem jurídica, não está ele restrito ao oferecimento da ação penal, como parte, mas também exerce a função de fiscalizar o cumprimento da lei durante o processo penal, como *custos legis*. Para tanto, foi realizada uma pesquisa nas Turmas Recursais do Estado do Paraná, em que o *Parquet* intervém nos recursos penais com a emissão de parecer, antes da prolação do acórdão. Desta forma, se analisou o órgão ministerial e suas funções, assim como o Juizado Especial Criminal e peculiaridades, e as nulidades processuais penais. Estas são fundamentais, pois aparecerem diversas vezes nos processos pesquisados, em que o Ministério Público vem a ser o único a levantar tais irregularidades, da mesma forma que constata causas de extinção de punibilidade antes não percebidas. Como resultado, há altas taxas de processos anulados por essa intervenção ministerial no estado do Paraná todo, por diversos motivos que são expostos, em nome do devido processo.

Palavras-chave: Ministério Público. Fiscal da lei. Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais. Nulidade processual. Extinção de punibilidade.

## ABSTRACT

The present monograph has the objective of demonstrate the importance that the Public Prosecutor's Office, as a supervisor of law, has for accomplishing the due process of law. Being a agency which protects the legal order, it's not restricted to offering the indictment, as a party, but also by exercising the function of supervise the law during the criminal proceedings, as *custos legis*. Therefore, it was performed a research in the Turmas Recursais do Estado do Paraná, wherein the *Parquet* intervenes on the criminal procedures by emitting an opinion, before the proper judgment. Thus, this Public Procesutor's Office agency was analyzed, just as the Juizado Especial Criminal and its peculiarities, and the nullity of criminal procedure. These are fundamental, because it showed up several times on the searched processes, wherein the Public Procesutor's Office comes to be the only one to notice these irregularities, the same way that find causes of extinction of criminal liability not noticed before. As a result, there are high rates of nullified processes for this agency's intervention in the whole state of Paraná, for various reasons that are revealed, in the name of due process.

Key-words: Public Procesutor's Office. Supervisor of law. Nullity of procedure. Extinction of criminal liability.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	8
<b>2 MINISTÉRIO PÚBLICO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO</b>	10
2.1 ATRIBUIÇÕES	10
2.2 MINISTÉRIO PÚBLICO COMO PARTE	12
2.3 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE/OBRIGATORIEDADE	16
<b>3 O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL</b>	19
3.1 AS TURMAS RECURSAIS	20
3.2.1 PARECER FISCAL DA LEI	22
<b>4 TEORIA DAS NULIDADES</b>	24
4.1 OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE	25
<b>5 A PESQUISA REALIZADA NAS TURMAS RECURSAIS</b>	30
5.1 QUEIXA CRIME	31
5.2 AÇÃO DE INICIATIVA PÚBLICA	35
5.2.1 ASPECTOS GERAIS	35
5.3 OS PARECERES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	39
5.3.1 DAS NULIDADES ANALISADAS	40
5.3.2 CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE	46
<b>6 CONCLUSÃO</b>	49
<b>REFERÊNCIAS</b>	51
<b>APÊNDICE 1</b>	54
<b>APÊNDICE 2</b>	55

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se fala sobre o Juizado Especial Criminal: uma mudança no sistema penal; introdução de medidas despenalizadoras; defesa prévia; conciliação e oralidade nas audiências; infrações de menor potencial ofensivo. E muito se critica sobre o Juizado Especial Criminal, não sem razão. Porém, pouco material trata das Turmas Recursais, composta por juízes de primeiro grau e responsável pelo julgamento da apelação criminal.

Menos ainda, na verdade pouco se sabe, sobre o Ministério Público atuante em tais turmas. Aliás, quando se trata do *Parquet*, ou o enfoque é a respeito da acusação penal, ou sobre sua intervenção na esfera cível. Porém uma de suas funções previstas constitucionalmente é a da defesa da ordem jurídica, não havendo distinção de áreas de atuação. E é por isso mesmo que o Ministério Público possui o seu lado “não-parte”, ou melhor dizendo: fiscal da lei.

É este *Parquet* que atua nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais, emitindo pareceres imparciais antes da prolação do acórdão. Veja: esse órgão ministerial não é parte no processo, mas intervém apenas quando o recurso de apelação é remetido e distribuído à devida turma.

Dito isso, a relevância de sua atuação se demonstra da seguinte forma: a maioria dos processos criminais tramita no interior do estado e, assim, por falta de estrutura ou outros fatores não revelados, ocorrem muitas nulidades processuais e causas extintivas de punibilidade, para citar as principais irregularidades. O órgão ministerial fiscal da lei, neste contexto, é o único a perceber a maioria indiscutível das ocorrências, mesmo que tenham acontecido há muito tempo no processo.

Assim sendo, devido ao estágio realizado no Ministério Público atuante nas Turmas Recursais do Estado do Paraná, foi realizada pesquisa em que pretende abordar, neste trabalho, os aspectos gerais de todos os recursos analisados, e focar na atuação ministerial a respeito do devido processo legal.

Houve a divisão entre ações de iniciativa privada e pública, pois as primeiras são muito peculiares. Nestas, a acusação é a principal apelante, visto que muitos erros de procedimento são cometidos. Aliás, a atuação ministerial que essa pesquisa objetiva focar é a de ações de iniciativa pública. Não são apenas a



maioria na prática forense, mas também são a regra da ação penal - a denúncia é proposta pelo *Parquet* -, ocorrendo, ainda, a figura do réu (defesa) contraposta à do Estado (acusação), em clara situação hipossuficiente.

Buscou-se trazer tabelas e gráficos para ilustrar melhor os dados do levantamento. Os apêndices são, principalmente, as fontes das conclusões deste trabalho, cujas informações foram retiradas dos processos disponíveis no Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná (PROJUDI).

Diante disso, se dará destaque a um tema raramente tratado, e de muita relevância, pois há discussões sobre a possibilidade de um Ministério Público fiscal da lei, mas elas não demonstram sua eficácia no plano prático. Essa pesquisa almeja exatamente isso.

## 2 MINISTÉRIO PÚBLICO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

A Constituição da República de 1988 foi resultado direto do período autoritário dos vinte anos anteriores. Desta forma, coube aos constituintes edificar um Estado Democrático de Direito, com uma Carta que respondesse às demandas populares, e se adaptasse às constantes mudanças sociais, quais foram negligenciadas no período anterior.

Neste viés, foi atribuído ao Ministério Público funções de extrema importância para a justiça brasileira, as quais se destacam a “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”<sup>1</sup>. Aqui se destaca o papel do Ministério Público como fiscal da lei, ou *custos legis*:

Consagrado como fiscal da lei, a destinação do Ministério Público deve ser compreendida à luz dos demais dispositivos constitucionais que disciplinam sua atividade, sempre voltada para o zelo de interesses sociais e individuais indisponíveis e do bem geral<sup>2</sup>

Porém, antes de entrar neste aspecto, devem-se sintetizar as principais atribuições do *Parquet* para com a justiça.

### 2.1 ATRIBUIÇÕES

Como foi escolhido o princípio federativo pela Constituição Federal, a União e os estados são dotados de autonomia, e, assim, cada um tem seu Ministério Público correspondente. Isso porque o *Parquet* foi dividido em União e dos estados, com suas respectivas leis orgânicas, datadas de 1993.

Além de defender a ordem jurídica, outra função essencial à justiça atribuída ao Ministério Público é a de parte acusatória (art. 129, I, CF). Ou seja, em todas as ações penais públicas, a parte legítima para oferecer denúncia é o Ministério Público, respeitando-se as competências entre *Parquet* estadual e federal.

---

<sup>1</sup> Art. 127, *caput*, Constituição Federal. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

<sup>2</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público**. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 22.

Foram também selecionados princípios para a atuação do Ministério Público perante a justiça. Cabe citar os mais significativos.

O princípio da independência traduz-se com o *Parquet* ser independente dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também não se vincular a determinada posição política de qualquer governo em vigência. Ademais,

a independência do Ministério Público incluiria uma reflexão a propósito das pressões exercidas por grupos ou indivíduos, autores ou vítimas de infrações penais, e, também, pela mídia, da qual hoje procuram se prevenir os próprios veículos sérios de comunicação<sup>3</sup>

Aliás, “um país democrático (...) não pode dispensar um MP sério, desligado da ingerência política (e mais perniciosa) e dos demais grupos de pressão (econômicos, sociais, etc.), e atuante, em todos os sentidos, na defesa da estrutura da sociedade, contra quem quer que seja”<sup>4</sup>.

A independência funcional do Promotor de Justiça assegura a ele autonomia em frente aos próprios órgãos de controle interno. Desta forma, como bem positivado o princípio no art. 127, § 1º, CF, um Promotor de Justiça não é obrigado a seguir entendimento de seu colega que atuou em caso semelhante, ou até no mesmo processo, como em diferente grau de jurisdição.

O princípio da independência funcional é de extrema importância para garantir a defesa da ordem jurídica, principalmente na pesquisa deste trabalho, que mostrará, não poucas vezes, o Ministério Público atuante na Turma Recursal (diferente grau de jurisdição), emitindo parecer contrário ao *Parquet* de primeiro grau, sobretudo em questões a respeito do devido processo legal.

A Constituição também garantiu aos membros do Ministério Público a inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos da magistratura (art. 128, I, ‘a’, ‘b’, ‘c’, CF). Do outro lado, também se nega a vinculação com advocacia, atividade político partidária, e outra função pública, com exceção da de magistério.

---

<sup>3</sup> KUHLMANN, Silvio Roberto Degasperi. **Os atos do Ministério Público no devido processo penal**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2003, p. 81.

<sup>4</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Propositura, pelo Ministério Público, de ações para a tutela de interesses de particulares e ações civis públicas**. Rio de Janeiro: Revista Forense, n. 332, 1995, p. 244.

O *Parquet*, enfim, comparece como um defensor e fiscal do Estado Democrático de Direito, agindo em nome da sociedade e em favor dela.

## 2.2 MINISTÉRIO PÚBLICO COMO PARTE

O art. 129, I, da Constituição Federal atribuiu como função institucional do Ministério Público “promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei”. Entende-se, desta forma, o *Parquet* como parte no processo penal. Assim, deve ele instaurar a ação penal, oferecendo denúncia quando necessário, de acordo com o art. 41, do Código de Processo Penal.

No entanto,

Conquanto impelido pela Constituição ao compromisso de reclamar a outrem o cumprimento do devido processo legal, a natureza cratológica do Ministério Público (ente dotador de poder de Estado) posta-o na situação especial de estar e agir sempre condicionado aos ditames lindeiros do devido processo<sup>5</sup>

Neste viés, existe a controvérsia sobre quando o Ministério Público atua de forma *custos legis*, isto é, como fiscal da lei.

A questão é que o *Parquet*, no momento em que possui a titularidade da ação penal, atua como parte acusatória, e assim deve ser tratado pelo juízo, com direito à produção de provas, ao contraditório e os mesmos prazos legais em comparação com a defesa. Entretanto, ele também pode ser considerado simultaneamente fiscal da lei?

A Constituição Federal de 1988 introduziu um processo penal de partes, em que deve se respeitar o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal (art. 5º, LV, LIV), colocando como função do Ministério Público “a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, *caput*) e “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia” (art. 129, II).

---

<sup>5</sup> KUHLMANN, Silvio Roberto Degasperi. **Os atos do Ministério Público no devido processo penal**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2003, p. 91.

Desta forma, fundamental é a análise do Ministério Público a fim de se certificar que as garantias previstas na Carta Maior estão devidamente sendo respeitadas, pois, caso contrário, o ato processual que desrespeitou os princípios constitucionais deve ser declarado nulo.

Sabe-se que ele atua como parte acusatória, devendo propor a ação penal, e isso advém da lógica do sistema inquisitório. Este, como característica principal, previa a gestão da prova nas mãos principalmente do juiz. Assim, a imagem do julgador confundia-se com a imagem do acusador, de tal forma que o Ministério Público teve de ser *fabricado* para assumir a função acusadora do juiz. O resultado desta artificialidade é a imparcialidade do julgador. Nessa perspectiva, contribui Francesco Carnelutti:

pero no se puede ocultar que si aquél [ministerio público] ejerce verdaderamente la función de acusador, su parcialidade no puede ser excluída y, por otra parte, si queremos hacer de él um órgano imparcial, el mismo no representa en el proceso más que una inútil y hasta molesta duplicidade.<sup>6</sup>

Porém, se o Ministério Público deve manter uma posição de defensor democrático da ordem jurídica, assegurando as garantias processuais e constitucionais, fiscalizar a execução da lei (art. 257, II, Código de Processo Penal), como pode atuar como parte acusatória no processo, requerendo, a partir de suas alegações, na maioria das vezes, a condenação da outra parte? Percebe-se, assim, um terrível erro afirmar que o Ministério Público atua *apenas* como fiscal da lei, e que é *imparcial* a ponto de tanto acusar quanto assumir as nulidades cometidas no processo, as quais certamente beneficiarão a parte a qual requer a condenação.

O erro de esperar que o *Parquet* atue apenas como fiscal da lei é confirmado historicamente a partir do sistema inquisitório. A fim de se garantir um juiz imparcial, que julga a partir das provas buscadas exclusivamente pelas partes, emerge o sistema acusatório, essencialmente de partes, que garante a máxima imparcialidade do julgador, através de uma parte estatal estritamente acusatória.

---

<sup>6</sup> CARNELUTTI, Francesco. **Lecciones sobre el proceso penal**. 2. vol. Traducción de Santiago Sentís Melendo Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-América – Bosch y Cía. Editores, 1950, p. 99.

Ora, se já é difícil duas atuações da mesma entidade (Ministério Público como autor da ação penal e como fiscal da lei, em situações separadas) desempenharem funções tão distintas, é logicamente infactível o mesmo órgão atuar de maneiras antagônicas em um mesmo momento. Fica visível que a função de *custos legis* é diretamente contaminada pela função de acusação, inviabilizando, assim, uma análise que proporcione uma máxima efetivação das garantias processuais e constitucionais. Novamente esclarece Carnelutti:

La intuición de esta verdad induce a atribuir al ministerio público, en lugar de la pura función acusatoria, un cometido vago, que se suele denominar representación o tutela de la ley; pero prescindiendo de la vaguedad, y hasta de la vacuidad de la frase, es inconciliable la naturaleza de parte con una posición neutral; si se lo considera como parte, no puede reconocérsele outro cometido, en contraste con el de defensor, sino el de la acusación, lo que no excluye en absoluto que él termine por admitir la inexistencia del delito, de la misma manera que el defensor puede admitir su existencia, por ser una cosa la finalidad esencial y otra el resultado eventual de la acusación o de la defensa.<sup>7</sup>

James Goldschmidt<sup>8</sup> afirmou que exigir imparcialidade de uma parte acusadora significa cair no mesmo erro psicológico que desacreditou o processo inquisitório, no qual uma mesma pessoa possa exercer funções tão contrárias como acusar e defender.

Demonstra, também, Aury Lopes Jr. que quando o Ministério Público requer a absolvição nas alegações finais, não é porque atua imparcialmente como parte.

Assim o faz porque é o acusador público e, como tal, pauta sua conduta na legalidade e na impessoalidade. Se não existe prova suficiente para justificar a acusação, deve pedir a absolvição, pois constitui uma ilegalidade flagrante acusar sem provas suficientes. Não há que confundir imparcialidade com estrita observância da legalidade e da objetividade<sup>9</sup>

<sup>7</sup> CARNELUTTI, Francesco. **Lecciones sobre el proceso penal**. 1. vol. Traducción de Santiago Sentís Melendo Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-América – Bosch y Cía. Editores, 1950, p. 231.

<sup>8</sup> GOLDSCHMIDT, James. **Problemas juridicos y politicos del proceso penal**. Montevideo: B de F, 2016, p. 29.

<sup>9</sup> LOPES JR., Aury. **Sobre a (im)possibilidade de uma parte – imparc(t)ial no processo penal. A posição do Ministério Público**. 2013. Disponível em <<https://www.facebook.com/aurylopesjr/posts/431211396965856>>. Acesso em 10 agosto 2017.

Seguindo tal raciocínio, deve-se discordar da visão do penalista Rogério Greco, em que indica que ao oferecer denúncia, o Ministério Público atua como parte processual. Porém, “ao final da instrução processual, o Ministério Público despe-se da roupagem de parte, de simples acusador, e passa a ser reconhecido como um fiscal da lei, ou seja, um *custos legis*, o responsável pela correta e perfeita aplicação da lei”<sup>10</sup>

Ora, como já dito anteriormente, concretamente é inviável que um profissional assuma funções tão distintas como uma parte (parcial) e um fiscalizador (imparcial).

Do mesmo modo, Leônidas Ribeiro Scholz indica que:

o que importa, entretanto, é fixar, com clareza, a premissa, que a nós parece irrefragável, de que o Ministério Público, seja qual for a titularidade da ação penal, atua, antes e sempre, como fiscal da lei e, nos casos de ação pública, também e, então, simultaneamente, como órgão acusador<sup>11</sup>

Ainda assim, parece ingênuo acreditar em tamanho antagonismo. Sylvio Roberto Degasperi Kuhlmann, em sua dissertação de mestrado, acredita que o *Parquet* atua simultaneamente em ambas funções:

*Custos legis*, indeclinavelmente, o Ministério Público do devido processo legal procedimental e substantivo ocupa-se em apontar a violação a pressupostos processuais que interessem ou não à acusação, não se lhe aplicando a segunda parte do art. 565, do Código de Processo Penal, impediente da arguição de nulidade de *formalidade cuja observância só à parte contrária interesse*. Vislumbrando prejuízo ao réu, cumpre ao Ministério Público intervir, suscitando a nulidade, mesmo que relativa, pois importa a tutela da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis em tela.<sup>12</sup>

Deve-se concordar que cabe ao *Parquet* intervir quando identificar uma nulidade processual, porém tal intervenção não se deve resumir à sua atuação de fiscal da lei, mas ainda sim como parte processual. Aliás, “O Ministério Público

<sup>10</sup> GRECO, Rogério. **Atividade Policial, aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais**. 2. ed. Niterói: Editora Impetus, 2009, p. 73 e 74.

<sup>11</sup> SCHOLZ, Leônidas Ribeiro. **A atuação complementar do Ministério Público no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 719, 1995, p. 376.

<sup>12</sup> KUHLMANN, Sylvio Roberto Degasperi. **Os atos do Ministério Público no devido processo penal**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2003, p. 103.

não é parte material, porque o direito de punir que promove não é dele, mas do Estado soberano”<sup>13</sup>.

A partir dos princípios em que o Ministério Público se compromete a cumprir como defensor da ordem jurídica, deve ele identificar nulidades, ilegalidades e requerer a absolvição do réu quando não há provas suficientes para condenação. E assumir essa posição não o caracteriza como “parte imparcial”, como anteriormente citado por Aury Lopes Jr.

Hugo Nigro Mazzilli esclarece:

O Ministério Público não tem interesse unilateral contraposto ao interesse de outrem; não tem um interesse particular antes ou fora e durante o processo. Ao contrário, como parte formal, é um dos sujeitos da relação processual, tendo ônus e faculdades processuais; tem direitos públicos subjetivos de disposição do conteúdo formal do processo<sup>14</sup>

Ao tratar do *Parquet* como parte imparcial, o autor indica que a imparcialidade somente poderia ser compreendida no sentido moral. “Mesmo quando pede a absolvição de um réu (por ser moralmente imparcial), continua sendo parte”<sup>15</sup>.

## 2.3 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE/OBRIGATORIEDADE

Este princípio é de enorme importância para a atuação ministerial, isso porque “obriga” o exercício da ação penal pública, a fim de “evitar-se qualquer manipulação por parte do órgão acusador e, por outra parte, eventuais pressões que possa sofrer”<sup>16</sup>. Assim, uma vez presentes as condições da ação, deve o *Parquet* propô-la.

Assim sendo, “é preciso salientar que a obrigatoriedade do Ministério Público promover a acusação (...) não está colocada de forma absoluta, uma vez

---

<sup>13</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público**. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 153.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Introdução aos princípios gerais do processo penal brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 30, 1998, p. 183.



que só se obtém a tutela jurisdicional (...) se presentes as chamadas questões prévias”<sup>17</sup>.

Ora, como apontou Calamandrei, advertido o Ministério Público que a lei foi violada, não lhe cabe a opção de não intervir para fazer com que ela se reestabeleça<sup>18</sup>. Neste viés, identificado o interesse por parte do *Parquet*, deve ele *obrigatoriamente* agir. Do outro lado, possui a discricionariedade para identificar ou não a existência ou até a subsistência do referido interesse<sup>19</sup>.

Ainda, é defeso ao Ministério Público desistir da ação (princípio da indisponibilidade) (art. 42, CPP). Tal decisão foi escolha do legislador, pois “como é ele o titular privativo da ação penal pública, se desistisse da ação ou do recurso, estaria aberta a porta para todas as formas de pressões e impunidade”<sup>20</sup>.

No entanto, pode ainda o *Parquet* escolher não interpor recurso da decisão que rejeitou sua denúncia e requerer a absolvição do réu nas alegações finais, uma vez não visualizada as justificativas de continuação da persecução penal e da condenação.

Aliás, tal princípio também possui relação com a atuação *custos legis* ministerial. Não é incomum o *Parquet* oferecer denúncia, ausentes as condições da ação. Pior ainda, não é raro o órgão ministerial requerer a condenação do réu, quando visivelmente faltar provas para tanto. Se sua atuação fosse constantemente de fiscal da lei, tais absurdos não seriam verificados.

Ademais,

Não se confunde com a indisponibilidade (e tampouco a viola) o fato de o Ministério Público pedir a absolvição do réu (...). Tampouco significa que seja o MP uma “parte imparcial”, até porque tal monstro de duas cabeças é um absurdo juridicamente. No processo penal, o MP não é e nunca foi uma parte imparcial, até porque se é parte, jamais seria imparcial. A imparcialidade é atributo do juiz, pois ele não é parte. Logo, seria o mesmo que tentar reduzir a quadratura ao círculo, na célebre crítica de CARNELUTTI (...). Logo, [o Ministério Público foi] construído para ser parte e assegurar a imparcialidade do juiz. Então, quando o MP pede a absolvição, não o faz por “imparcialidade” e tampouco por dispor da ação

<sup>17</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>18</sup> CALAMANDREI, Piero. **Istituzioni di diritto processuale civile**. 2. vol., Pádua: Cedam, 1943, p. 126.

<sup>19</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público**. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 158.

<sup>20</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **O princípio da obrigatoriedade e o ministério público**. Porto Alegre: Revista eletrônica do CEAf, vol. 1, n. 1, 2012, p. 6. Disponível em <[http://www.mprs.mp.br/media/areas/biblioteca/arquivos/revista/edicao\\_01/vol1no1art4.pdf](http://www.mprs.mp.br/media/areas/biblioteca/arquivos/revista/edicao_01/vol1no1art4.pdf)>. Acesso em 22 setembro 2017.

penal, senão que, como agente público, está obrigado à estrita observância dos princípios da objetividade, impessoalidade e, principalmente, legalidade. Logo, é absolutamente ilegal acusar alguém, ou pedir a condenação no final do processo, quando não existe justa causa, punibilidade concreta ou prova suficiente de autoria e materialidade<sup>21</sup>

Dito isso, o princípio da legalidade expõe o Ministério Público como parte (parcial), em contrário da sua atuação *custos legis*, qual se encontra no processo civil, nas ações de iniciativa privada e atuando nas turmas recursais, por exemplo.

---

<sup>21</sup> LOPES JR. Aury. **Direito processual penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 204.

### 3 O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

A fim de comentar sobre o papel do *Parquet* atuante na Turma Recursal, primeiro deve-se analisar sumariamente o contexto do Juizado Especial Criminal.

A Lei 9.099/1995 veio cumprir a determinação do art. 98, I, da Constituição Federal<sup>22</sup>, em que previa a criação dos juizados especiais. Entre as principais mudanças, há de se comentar sobre a transação penal, a suspensão condicional da pena, o foco na conciliação, a importância da pessoa da vítima, e o rito sumaríssimo.

Retira-se da lei federal os seguintes princípios: “oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação”<sup>23</sup>.

A competência material se resume às infrações de menor potencial ofensivo (hoje considerados não superiores a pena de dois anos de detenção), incluindo as contravenções penais. Na questão espacial, se trata de aplicação estadual, sendo que a competência dos crimes federais de menor potencial ofensivo são disciplinados pela Lei 10.259/2001.

Sobre seu conteúdo, foi deveras criticado, e sua aplicação prática também não satisfaz parte dos juristas.

Na prática, infelizmente, os juizados não andam bem, a alegria inicial deu lugar à preocupação quando se vislumbra o desvirtuamento da lei em vários sentidos, como as definições de quais comportamentos deveriam ser elencados como de ‘menor potencial ofensivo’, ressuscitando inúmeros delitos que deveriam ser a ‘priori’ descriminalizados<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Art. 98, Constituição Federal. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

<sup>23</sup> Art. 2, Lei 9.099/95. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

<sup>24</sup> MACHADO, Altair Mota. **Juizado especial: da teoria à prática**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2006, p. 2.

Apesar de a lei ter sido recebida pela Constituição de 1988, muitos ainda questionam a sua inconstitucionalidade, principalmente sobre a questão da transação penal, a qual flexibiliza o princípio da obrigatoriedade anteriormente citado. No entanto, o presente trabalho pretende focar na atuação do Ministério Público em um momento específico do procedimento sumaríssimo.

### 3.1 AS TURMAS RECURSAIS

Extraí-se do *caput* do art. 82 da Lei dos Juizados Especiais: “Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado”.

Ada Pellegrini Grinover indica que, mesmo que todos os juízes que compõem a Turma sejam de primeiro grau, não há que se falar em prejuízo ao duplo grau de jurisdição, pois “para a observância do duplo grau não é estritamente necessário que o órgão *ad quem* seja hierarquicamente superior ao órgão *a quo*”<sup>25</sup>.

O recurso interposto é a apelação criminal, que nesta lei federal, possui o prazo corrido de dez dias, contando com as razões. Após apresentadas as contrarrazões, os autos serão encaminhados para distribuição interna das Turmas Recursais.

Após a distribuição, o relator responsável, então, deverá enviar os autos para o Ministério Público atuante nas Turmas Recursais, a fim de que o mesmo emita um parecer sobre o recurso interposto.

Neste sentido,

Ainda que a lei comentada seja omissa nesse particular, é obrigatória a manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça sobre a apelação (art. 610, *caput*, CPP). Nos Estados em que forem instaladas as *turmas recursais* será conveniente que junto às mesmas funcione um Procurador de Justiça, ou seja especialmente designado promotor em exercício no Juizado, com essa atribuição, evitando-se com isso maior demora na tramitação do recurso<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais: comentários à lei 9.099, de 26.09.1995**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 192.

<sup>26</sup> Ibidem, p 195-196.

Assim como os pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça nos crimes comuns, “revela-se, no mais das vezes, uma práxis incorporada nos Regimentos Internos dos Tribunais de Justiça e nas normas de organização do Ministério Público”<sup>27</sup>. Assim:

Por derradeiro, quanto a este tópico, caberá a atuação de membro do Ministério Público, perante as Turmas Recursais, orientando-se a sua intervenção de acordo com os princípios da oralidade, informalidade e do contraditório (...) O parecer do Ministério Público deverá ser oferecido na Sessão de julgamento, oralmente, visando abreviar a solução definitiva da causa<sup>28</sup>

Ademais, o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, em sua 11ª. Conclusão de março de 1996, entendeu que: “Em que pese a omissão da lei, deve o Ministério Público atuar perante a Turma Recursal (art. 82), por aplicação subsidiária do CPP. Por equalização funcional, deve um Promotor de Justiça atuar perante tal órgão recursal”.

Da mesma forma que pela Lei Orgânica do MPPR o Procurador de Justiça deve officiar perante os órgãos de segundo grau do Judiciário<sup>29</sup>, o Promotor de Justiça é obrigado a intervir no Juizado Especial quando houver interesse público<sup>30</sup>.

Ainda, não é atribuída a atuação de um Procurador de Justiça, pois são juízes de primeiro grau que julgam os recursos competentes às turmas recursais. Desta forma, prevalece a intervenção de um Promotor de Justiça para a emissão de parecer.

<sup>27</sup> BARROS, Suzana de Toledo; CRUZ, Rogério Schietti Machado. **A atuação do Ministério Público na turma recursal do juizado especial criminal**. In: Congresso nacional do Ministério Público: Livro de Teses: o Ministério Público Social. Curitiba: Associação Paranaense do Ministério Público: Confederação Nacional do Ministério Público, 1999, p. 333.

<sup>28</sup> CARVALHO, Luís Gustavo Grandinetti Castanho de; PRADO, Geraldo. **Lei dos juizados especiais e criminais comentada e anotada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2006, p. 162.

<sup>29</sup> Art. 40, Lei Orgânica MPPR. As Procuradorias de Justiça são classificadas em: I - Procuradoria de Justiça Cível, com atribuição de officiar perante os órgãos judiciais de segundo grau em matéria cível; II - Procuradoria de Justiça Criminal, com atribuição de officiar perante os órgãos judiciais de segundo grau em matéria criminal; Parágrafo único. Os Procuradores de Justiça das Procuradorias de Justiça reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça.

<sup>30</sup> Art. 68, Lei Orgânica MPPR. São atribuições do Promotor de Justiça:

(...)

XVI - nos Juizados Especiais, officiar nos feitos de intervenção obrigatória do Ministério Público;

Sobre este, deve-se conter um posicionamento (favorável ou contrário) sobre o recurso de apelação, seja sobre preliminares ou o próprio mérito. Nas Turmas Recursais do Juizado Especial Criminal do Paraná, o parecer do Ministério Público contém um relatório expositivo, uma breve análise dos pressupostos de admissibilidade recursal, passando então ao posicionamento sobre as preliminares e o mérito, firmando sua posição na conclusão.

Deve-se frisar que o parecer do *Parquet* não é vinculativo, ou seja, cabe aos juízes da turma segui-lo ou não, porém a intervenção ministerial é obrigatória.

### 3.2.1 PARECER FISCAL DA LEI

Em relação ao raciocínio anterior de o Ministério Público atuar como parte imparcial, como fiscal da lei ou ainda apenas como parte processual, deve-se destacar que a atuação do *Parquet* na turma recursal, ou em segunda instância do juízo comum, como emissor de pareceres jurídicos, é estritamente *custos legis*.

Deve-se entender que sua atuação não é como parte processual e material, não possui deveres e ônus processuais, nem está sujeito ao contraditório<sup>31</sup>, desta forma, não se trata do Ministério Público acusador do processo penal, o qual ofereceu denúncia ou até mesmo interpôs o recurso de apelação, por exemplo. Desta forma, pode ele decidir como bem entender, até contrário ao *Parquet* acusador de primeiro grau.

Chama a atenção a sua função como fiscal da lei, pois desta forma é possível revisar todo o processo e identificar provas não assimiladas, pontos não percebidos pelas partes e pelo juiz, inclusive nulidades processuais que devem anular grande parte do processo, como casos de incompetência absoluta, cerceamento de defesa e prescrição da pretensão punitiva do Estado, como deverá ser visto em seguida com a pesquisa.

---

<sup>31</sup> “O parecer do MP oferecido em segundo grau de jurisdição, quando este está atuando somente como fiscal da lei, e não como parte na ação, não dá direito a contraditório. A decisão foi adotada pela 6ª turma do STJ, durante julgamento de habeas corpus impetrado por homem condenado por furto em Minas Gerais”. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI123280,41046STJ+Atuacao+do+MP+como+custos+legis+em+segunda+instancia+nao+enseja>>. Acesso em 22 setembro 2017.

Aliás, diferentemente do antagonismo que alguns propõem que o Ministério Público possa atuar *ao mesmo tempo* como parte e fiscal da lei, na turma recursal há um órgão específico para o exercício, não havendo qualquer ligação com a parte acusatória que o *Parquet* de primeiro grau representa. Pelo contrário, é possível afirmar que o Ministério Público atuante na turma recursal opera de forma imparcial.

Mas “qual” Ministério Público atua como parte em órgãos de instância superior? Verifica-se, através da Lei Orgânica do MPPR e da prática processual, que se trata da Coordenadoria de Recursos Criminais:

Art. 73. A Coordenadoria de Recursos, regulamentada pelo Procurador-Geral de Justiça, é órgão encarregado de, nas causas em que se verificar a intervenção do Ministério Público, ressalvado o disposto no art. 65, inciso III, desta Lei:

I - tomar ciência das decisões em segundo grau;

II - interpor recursos, inclusive para os Tribunais Superiores;

III - manifestar-se nos recursos interpostos pelas partes para os Tribunais Superiores.

Parágrafo único. A Coordenadoria poderá ser desmembrada em Cível e Criminal.

Assim, deverá esta coordenadoria tomar ciência dos acórdãos, interpor recursos sobre os mesmos, inclusive os especiais e extraordinários. Atua como parte, então, pois interpõe recursos processuais que estão suscetíveis a prazos e ônus, imposições às quais o Ministério Público fiscal da lei não está sujeito.

## 4 TEORIA DAS NULIDADES

Tradicionalmente a doutrina classifica as nulidades processuais em quatro espécies, as quais cada uma possui diferente gravidade.

Fala-se em mera *irregularidade* quando o “desacordo com o modelo legal é mínimo (...) não chegando a descaracterizar o ato”<sup>32</sup>. Assim, o ato processual não é invalidado, pois não foi afetado.

Existe ainda a *nulidade relativa* e a *absoluta*. A primeira cabe às partes prejudicadas a faculdade de requerer a invalidade do ato, devendo tal requerimento ser realizado em hora oportuna e devendo demonstrar o prejuízo sofrido. A nulidade absoluta é aquela em que a gravidade é maior e, “em regra, manifesto o prejuízo que sua permanência acarreta para a efetividade do contraditório ou para a justiça da decisão”<sup>33</sup>, havendo violação à norma cogente que tutela interesse público, podendo o juiz reconhecer de ofício.

Por fim, o ato processual *inexistente* é aquele que carece, de forma total, algum elemento exigido legalmente. Não são nem considerados atos processuais; “são, na verdade, não-atos, em relação aos quais não se cogita de invalidação, pois a inexistência constitui um problema que antecede a qualquer consideração sobre a validade”<sup>34</sup>.

No entanto tal teoria é baseada no processo civil, a qual encontra óbices quando aplicada ao processo penal, segundo Aury Lopes Jr. Buscando sempre aproximar o direito processual penal da Constituição de 1988, o autor critica a classificação em nulidades relativas e absolutas. Indica que tal diferenciação nasce no direito civil e da estrutura dos atos jurídicos (e teoria dos atos anuláveis e nulos), contendo, assim, grande incompatibilidade com o processo penal<sup>35</sup>.

A distinção entre normas que tutelam interesse da parte e outras que dizem respeito a interesses públicos tropeça na desconsideração da especificidade do processo penal, em que não há espaço normativo

---

<sup>32</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 20.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>35</sup> LOPES JR. Aury. **Direito processual penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 951.



privado. (...) A proteção do réu é pública, porque públicos são os direitos e garantias constitucionais que o tutelam<sup>36</sup>

Também demonstra que o juiz deve conhecer nulidades “relativas”<sup>37</sup>, isso porque o papel do juiz é de zelar pela forma/garantia processual. Deve ele determinar a repetição do ato que visualizar defeituoso. Além disso, afirma que a teoria do prejuízo “agrava a crise do sistema de invalidades processuais”; que o art. 564 do CPP em “nada contribui, até porque a categoria de nulidades cominadas está completamente superada”; e que, partindo do viés constitucional, o certo seria verificar o *ato processual defeituoso*, e, partir de então, poder verificar se é *sanável* ou *insanável*<sup>38</sup>.

Sobre o princípio da contaminação (art. 573, CPP), inicia com Fazzalari, apontando que o vício não reparado vai contaminar um ato após o outro, até o fim. Lopes Jr., relendo o autor italiano, demonstra que cada ato do procedimento, principalmente a sentença, está “em relação de dependência quanto à regularidade ou irregularidade do ato que o precede e ainda influi sobre a validade e eficácia dos atos dependentes que o seguem, inclusive a sentença (ato final)”<sup>39</sup>.

Superada tais considerações, deve-se recorrer aos ensinamentos de Antonio Acir Breda sobre as nulidades processuais, e fazer a devida adaptação com a Lei dos Juizados Especiais.

#### 4.1 OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE

Em seu artigo<sup>40</sup>, Antonio Acir Breda investiu-se de tradicionais doutrinadores para explicar os efeitos da declaração de nulidade no processo penal. De começo, existem pressupostos processuais de existência e de validade. Salienta-se que estes não se confundem com as condições de ação.

O autor resume que os pressupostos de existência são, grosso modo, um autor, um réu e um juiz. Porém a falta de tais pressupostos não leva à nulidade do ato, pois inexistente ato.

---

<sup>36</sup> Ibidem, p. 952.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 953.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 963.

<sup>40</sup> BREDAS, Antonio Acir. **Efeitos da declaração de nulidade no processo penal**. Curitiba: Revista do Ministério Público do Estado do Paraná nº 9, 1980.

Entretanto, quanto aos pressupostos de validade, estes são de muitíssima importância para a teoria das nulidades.

Daí a importância prática da distinção entre os pressupostos de existência e de validade. Na falta dos primeiros não surge o processo e, em tal caso, qualquer decisão (condenatória ou absolutória) não tem eficácia. Na falta dos pressupostos de validade, a relação processual é nula. Aliás, a nulidade é absoluta<sup>41</sup>

Segundo Breda, o primeiro pressuposto se encontra no art. 41 do Código de Processo Penal, e é que “a acusação seja regularmente deduzida”. Assim, uma vez oferecida a denúncia ou queixa-crime e sua inépcia não foi levantada de começo, haverá nulidade em todos os atos subsequentes, pois os atos processuais seguintes da acusação se baseiam principalmente nela.

O mesmo raciocínio se aplica ao segundo pressuposto, a citação regular. Reconhecido o vício, todos os atos seguintes também sofrerão a nulidade.

A competência do juiz se revela mais complexa e merece uma análise mais profunda. Aury Lopes Jr. defende que além da competência em razão da matéria e da pessoa, a competência em razão do lugar também é absoluta (“a jurisdição é uma garantia, não pode ela ser esvaziada com a classificação civilista de que é ‘relativa’. Ou seja, a eficácia da garantia do juiz natural não permite que se relativize a competência em razão do lugar”<sup>42</sup>).

Ainda, verificada a nulidade por juiz incompetente, o processo deve ser anulado *ab initio*<sup>43</sup>.

Antonio Acir Breda, de seu modo, indica que a competência material é a primeira para se determinar a correta competência do juiz. Seguindo o viés constitucional, primeiro se demarca os crimes eleitorais, os militares, para então chegar na justiça comum, a qual engloba os de competência do Júri, da justiça federal, o Juizado Especial<sup>44</sup>, e, por fim, a justiça ordinária comum.

---

<sup>41</sup> Ibidem, p. 176.

<sup>42</sup> LOPES JR. Aury. **Direito processual penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 262.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 299.

<sup>44</sup> Breda não previu os Juizados Especiais em seu estudo, pois a lei 9.099/1995 ainda não havia sido decretada. No entanto, é óbvia a competência dos Juizados como material. Primeiro que não cabe como competência em razão da pessoa (prerrogativa), nem por local. Ademais, a competência dos Juizados é delimitada pelas infrações que não possuam pena máxima superior a dois anos de privativa de liberdade, o que se encaixa como aspecto de matéria, sendo englobada pela justiça comum estadual.

Sobre o art. 567 do CPP<sup>45</sup>, o autor afirma que sua aplicação só ocorre em casos de “incompetência territorial, material em sentido estrito (competência de juízo [art. 74, *caput*, CPP]) e funcional (pelas fases do procedimento)”<sup>46</sup>. Aliás, “Não se aplica o art. 567 nos casos de incompetência demarcada constitucionalmente, seja material ou funcional originária. Em tais casos, a declaração de nulidade atinge todos os atos do processo”<sup>47</sup> (sic).

Para ilustrar sua afirmação, informa que uma causa penal de competência militar seria totalmente nula se proposta frente à justiça comum. Assim, aponta que os atos não decisórios só serão anulados se a ação envolver competência material especializada (eleitoral e militar), e os autos estiverem no juízo comum (e vice-versa).

Mas e no caso do Juizado Especial?

A competência do Juizado, restrita às infrações de menor potencial ofensivo, é de natureza material e, por isso, absoluta. Não é possível, portanto, que nele sejam processadas outras infrações e, se isso suceder, haverá nulidade absoluta<sup>48</sup>

A opinião é majoritária e não se resume à doutrinadora paulista. Como anteriormente citado, Aury Lopes Jr. também considera absoluta a competência em razão da matéria. Ademais, a competência do Juizado Especial é de caráter constitucional, pois foi definida pelo art. 98, I, da Constituição de 1988.

Deve-se concluir que também não cabe o art. 567 do CPP se devida matéria era de competência do Juizado Especial, ou ainda se este é o juízo incompetente:

Atualmente, consagrada que está a garantia do juiz natural e do devido processo legal, uma vez reconhecida a incompetência do juiz, deve ser anulado o ato decisório e, principalmente, todo o processo. A anulação deve ser *ab initio*. Não basta o juiz competente proferir uma nova sentença. A garantia da jurisdição (incluindo o juiz natural) e do devido

<sup>45</sup> Art. 567, Código de Processo Penal. A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

<sup>46</sup> BREDI, Antonio Acir. **Efeitos da declaração de nulidade no processo penal**. Curitiba: Revista do Ministério Público do Estado do Paraná nº 9, 1980, p. 183.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais: comentários à lei 9.099, de 26.09.1995**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 82.

processo impõe que todo processo e todos os seus atos sejam praticados na frente do juiz natural, competente e de forma válida. Essas garantias não nascem na sentença, mas no momento em que se inicia o processo, com o recebimento da acusação. Logo, desde o início, o réu tem a garantia de que todos os atos sejam praticados por um juiz competente. Não é mera garantia de prolação da sentença, mas de jurisdição<sup>49</sup>

Frisa-se ainda que o rito do Juizado é o sumaríssimo, o qual difere muito do comum, havendo outros princípios norteadores e institutos despenalizadores, como a transação penal e a suspensão condicional do processo, os quais não seriam aplicados no juízo comum.

Em seguida, Breda elenca outros pressupostos de validade: imparcialidade do juiz, capacidade das partes, ausência de litispendência ou coisa julgada, ampla defesa, participação do Ministério Público, e outros de procedimentos especiais.

Todos os pressupostos de validade citados geram a nulidade absoluta, em que todos os atos subsequentes serão declarados nulos, e os anteriores mantidos.

Sobre o pressuposto da ampla defesa, é importante frisar que “declarada a nulidade por falta de defesa preliminar, todos os demais atos processuais são atingidos pela declaração”, e “a falta de um defensor para os atos de aquisição de prova importa em nulidade insanável”<sup>50</sup>. Outrossim, assinala o autor que a renovação de ato processual (art. 573, CPP) só ocorre quando a declaração de nulidade atingiu individualmente um ato da instrução, sendo que sua renovação resolve a questão<sup>51</sup>. Porém se tal ato é necessário para a formação de outros, estes também são atingidos pela declaração de nulidade.

Por fim, conclui o doutrinador que a nulidade na fase postulatória se estende para os demais atos do processo. Porém a nulidade na instrução criminal não contamina os demais atos de aquisição de prova, via de regra. Mas de qualquer forma, a nulidade se propaga para a sentença, se já proferida<sup>52</sup>.

A “nulidade tópica”, do outro lado, é aquela qual não se estende ao resto do processo, mas se limita ao ato próprio, que precisa ser feito ou corrigido.

<sup>49</sup> LOPES JR. Aury. **Direito processual penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 964.

<sup>50</sup> BREDAS, Antonio Acir. **Efeitos da declaração de nulidade no processo penal**. Curitiba: Revista do Ministério Público do Estado do Paraná nº 9, 1980, p. 186.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 189.

Usualmente, como será visto na pesquisa, é uma nulidade presente em um ponto específico da sentença, que é facilmente corrigido pelo acórdão, se levantado pelas partes, ou pelo Ministério Público em parecer.

## 5 A PESQUISA REALIZADA NAS TURMAS RECURSAIS

A pesquisa a qual se centra o presente trabalho investigou os pareceres do Ministério Público do Estado do Paraná atuante na Turma Recursal do Juizado Cível, Criminal e da Fazenda Pública do Estado do Paraná, focando-se apenas nos recursos de apelação criminal de janeiro, fevereiro, abril e maio de 2016 que chegaram ao órgão. O mês de março foi excluído da pesquisa, pois não foi um mês ordinário em relação ao número de processos recebidos pela turma (foram recebidos cento e trinta e um recursos neste mês). O total de processos analisados foi de 206 (duzentos e seis) de iniciativa pública e 35 (trinta e cinco) de iniciativa privada.

Aliás, a escolha pelo começo do ano de 2016 foi de que era necessário que todos os recursos de apelação tenham sido julgados para completar a pesquisa de forma satisfatória.

Todos os dados da pesquisa se encontram no APÊNDICE 1 e APÊNDICE 2.

O acesso às Turmas Recursais é pelo recurso de apelação (art. 82, lei 9.099/1995).

O art. 82, *caput*, da Lei 9.099/95 menciona duas espécies de decisão em que será cabível o recurso de apelação contra decisões proferidas no procedimento perante os Juizados: a sentença (condenação ou absolvição) e a rejeição da denúncia ou queixa (...) A apelação, como se sabe, é o recurso ordinário por excelência, permitindo a rediscussão de todas as questões de fato e de direito suscitadas na causa.<sup>53</sup>

A ideia é primeiro trazer resultados gerais dos recursos de apelação interpostos em todo o estado do Paraná - como a taxa de sentenças reformadas, quais infrações penais foram investigadas e em qual sentido foram os pareceres do *Parquet* -, e em segundo lugar, e mais pertinente, qual a importância do Ministério Público fiscal da lei atuante na Turma Recursal em relação ao devido processo legal, uma vez que se verifica inúmeras nulidades e extinções de

---

<sup>53</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais: comentários à lei 9.099, de 26.09.1995**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 191.

punibilidade não levantadas anteriormente pelas partes nem pelo juízo de primeiro grau.

Ressalta-se que a pesquisa foi realizada perante o PROJUDI - Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná, uma vez que todos os processos examinados tramitaram no sistema eletrônico. O acesso foi permitido através de estágio realizado no órgão ministerial entre os meses de julho de 2015 e março de 2017.

Foram produzidas duas tabelas com os resultados obtidos pela análise, uma com as ações penais de iniciativa privada (queixa) e a outra com ações penais de iniciativa pública, ambas em apêndice.

Os critérios da pesquisa – as colunas da tabela – foram separados em nove espaços de preenchimento. O “Nº Processo” é meramente a identificação formal da ação penal. A coluna “Infração Penal” busca mostrar quais e quantos crimes e contravenções penais chegaram nas Turmas Recursais no período analisado. A “Comarca” indica, obviamente, a cidade em que foi apresentada a denúncia para fins de mostrar diferença entre interior e regiões metropolitanas do estado. “Nulidade alegada?” tem a intenção de demonstrar se as partes, ou até mesmo o juiz, chegaram a levantar a nulidade (ou caso de extinção de punibilidade) antes de o Ministério Público atuante na Turma Recursal ter alegado. A quinta coluna é a “Sentença”, em que se escreve se a decisão foi favorável ou não à denúncia. Em seguida, “Recurso” aponta se foi a defesa ou a acusação que interpôs o recurso de apelação. Após, “MP Turma Recursal” explicita o entendimento do parecer do *Parquet* fiscal da lei. Havendo nulidade ou causa para extinção de punibilidade, a coluna “Qual nulidade?” esclarece. Por último, “Decisão acórdão” indica qual foi o entendimento da respectiva Turma, se favorável ao recurso ou não, e ainda se seguiu o entendimento do *Parquet* em relação à nulidade levantada.

## 5.1 QUEIXA CRIME

Deve-se começar pela pesquisa realizada nas ações de iniciativa privada, pois possui, como será visto, resultados incomuns por diversos fatores.

São trinta e cinco queixas-crime ajuizadas entre 2013 e 2016<sup>54</sup>, e 97% dos recursos de apelação tratam de crimes contra a honra (art. 138, 139 e 140 do Código Penal). Mais especificamente, apenas uma queixa analisada não foi sobre tais crimes<sup>55</sup>.

Do total de recursos, vinte e três<sup>56</sup> (65%) eram de comarcas com mais de 200 mil (duzentos mil) habitantes. Como as queixas-crime dependem de advogado constituído para serem ajuizadas, pode-se interpretar que as menores cidades possuem menos estrutura profissional ou até assimilação acerca da ação penal de iniciativa privada. Aliás, nas ações de iniciativa pública, a maioria indiscutível possui defensor nomeado.

As queixas-crime possuem uma peculiaridade que as ações penais de iniciativa pública não possuem. Além de os advogados obviamente não estarem acostumados em ajuizar queixa-crime na prática forense, há certas regras processuais que devem ser observadas para apresentar a ação de iniciativa privada.

Uma delas é acerca de decadência. O artigo 38 do Código de Processo Penal indica que o prazo para ajuizar a queixa é de seis meses a partir do momento em que se tem conhecimento do autor da infração. “Por ser um prazo decadencial, não pode ser prorrogado, interrompido ou suspenso”<sup>57</sup>.

Por causa da decadência, inúmeras queixas são rejeitadas pelo juiz, ou ela é posteriormente levantada pelo órgão ministerial em sede recursal, ou ainda pelo acórdão.

Mas ocorre a decadência também no caso do advogado não ter juntado procuração com poderes especiais dentro do prazo de seis meses (art. 44, Código de Processo Penal). Diversos casos são os que a parte apresenta procuração junto com a queixa-crime na data decadencial limite, porém a procuração não faz menção ao fato criminoso, ou até falta o nome do querelado.

---

<sup>54</sup> Das trinta e cinco queixas-crime, uma é do ano de 2013 (2,85%), quinze são de 2014 (42,85%), dezessete são de 2015 (48,57%) e duas são de 2016 (5,71%). Isso pode até demonstrar celeridade por parte dos Juizados, mas o maior fator é o descuido por parte da acusação, em que a excessiva maioria dos casos ocorre decadência ou a queixa é rejeitada por falta de condições da ação (art. 41, CPP).

<sup>55</sup> O único crime foi o de “exercício arbitrário das próprias razões” (art. 345, CP).

<sup>56</sup> Seis recursos de Ponta Grossa, cinco de Foz do Iguaçu, quatro de Londrina e também Curitiba e dois de ambas Maringá e Cascavel.

<sup>57</sup> LOPES JR. Aury. **Direito processual penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 222.



“Assim, bastariam os poderes especiais para oferecer queixa-crime contra fulano (querelado), porque no dia tal, às tantas horas, teria praticado os delitos de injúria e difamação (por exemplo)”<sup>58</sup>. Observa-se:

Permite ainda a lei que a falha na representação outorgada ao advogado possa ser a todo tempo sanada, com ratificação dos atos processuais praticados (art. 568 do CPP). Entretanto, isso não será possível depois de decorrido o prazo de decadência do direito de queixa. A regularização antes desse prazo não causa prejuízo ao acusado, podendo-se, por isso, dar seguimento ao processo. Há, contudo, prejuízo se for feita depois, pois o querelado tem o direito a ser acusado, de forma regular, por quem representa corretamente o querelante, somente até o prazo decadencial, não depois disso.<sup>59</sup>

Outro caso em que se verifica a decadência é quando o querelante não paga ou não junta o comprovante de pagamento de custas referente ao ajuizamento da queixa, e nem requer o benefício da assistência judiciária gratuita. A regra para recolher tais custas depende de cada estado, pois o responsável para estabelecer a regra é o Tribunal de Justiça<sup>60</sup>. Assim, grande parte das ocorrências de decadência se sucederem pelo não recolhimento das custas processuais dentro do prazo de seis meses.

Outro motivo é a rejeição da queixa, múltiplas vezes, por não seguir o art. 41 do Código de Processo Penal:

“deverá conter, como exige o art. 41, a exposição do fato criminoso (descrição da situação fática), com todas as suas circunstâncias (logo, tanto as circunstâncias que aumentem/agravem a pena como também as que diminuam/atenuem a pena), a qualificação do acusado (...), a classificação do crime (sua tipificação legal (...)) e o rol de testemunhas”<sup>61</sup>

Também, por não possuir o hábito de ajuizar ações penais, os advogados não raramente deixam de preencher os requisitos do art. 41 nas queixas. Aliás, das trinta e cinco sentenças de primeiro grau, dezenove foram pela rejeição

<sup>58</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>59</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 114.

<sup>60</sup> Aliás, no estado do Paraná vigorava a regra que se devia recolher as custas até 29/03/2015. Por causa da Lei Estadual 18413/2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná publicou a instrução normativa 01/2015 informando no art. 28 que “No âmbito dos Juizados Especiais Criminais, não serão cobradas as custas: I – em razão do ingresso da queixa-crime (...)”.

<sup>61</sup> LOPES JR. Aury. **Direito processual penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 206.

(54,2%), e destas, treze rejeições foram mantidas pelos acórdãos, enquanto que em outras cinco ocorrera nulidade ou causa de extinção de punibilidade.

Um dado notável é de quantas queixas, após o acórdão, são rejeitadas, ocorre nulidade ou causa extintiva de punibilidade. Na verdade apenas dois acórdãos não seguiram desta forma, em que um condenou o querelado e o outro decidiu por receber a queixa. Ou seja, 94,28% (trinta e três queixas<sup>62</sup>) dos processos analisados foram desfavoráveis ao querelante.

Contudo, o principal assunto que se deve analisar é sobre a importância do Ministério Público atuante nas Turmas Recursais como fiscal da lei. Com esta função, ele pode não só apenas emitir parecer imparcial, como apontar nulidades, causas de extinção de punibilidade ou ainda discordar do entendimento ministerial em primeiro grau.

Ressalta-se novamente que as ações penais de iniciativa privada possuem certa singularidade frente às de iniciativa pública, seja porque os advogados são constituídos, ou por causa das regras intrínsecas para ajuizar queixa-crime, ou ainda pela falta de praxe processual para lidar com tais ações. Destarte, os resultados foram minimamente diferentes em relação às ações de iniciativa pública, pela natureza intrínseca de cada ação (por exemplo, não ocorre decadência na ação de iniciativa pública). Explica-se.

O Ministério Público atuante nas Turmas Recursais do Estado do Paraná, no período da pesquisa, levantou 6 (seis) nulidades não apontadas anteriormente em nenhum momento do processo, seja pelas partes, ou pelo juízo. Entende-se por nulidade aqui, além das nulidades propriamente explicadas anteriormente, causas de extinção de punibilidade, principalmente decadência no caso das queixas, ou seja, que interferem no andamento do devido processo legal.

Houve outras duas nulidades que também foram apontadas pela defesa em recurso de apelação, totalizando oito no total de trinta e cinco ações. Destas oito, quatro foram a ocorrência de decadência passados os seis meses para ajuizar a queixa; uma de cerceamento de defesa; uma nulidade tópica da sentença em que, com a condenação, houve a substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito, neste caso prestação de serviço à

---

<sup>62</sup> Treze acórdãos foram pela extinção da punibilidade por decadência, outros treze por rejeição da queixa, quatro pela absolvição do querelado e três por nulidades *ab initio*.

comunidade, porém a pena foi abaixo de seis meses<sup>63</sup>; uma de incompetência absoluta do juízo; e por último uma com defeito na procuração.

O que se deve demonstrar aqui é que seis dessas nulidades/causas de extinção da punibilidade foram apontadas apenas pelo *Parquet* em sede recursal. Não há nenhuma garantia que tais nulidades seriam notadas pelas Turmas Recursais. Aliás, todas as oito nulidades foram seguidas pelos acórdãos posteriormente.

Assim, caso tais invalidades tivessem passado despercebidas, haveria em todos esses processos graves ofensas ao devido processo legal. Seis nulidades não verificadas anteriormente significam 17% do total dos processos analisados. Trata-se de um índice altíssimo ao pensar que todos foram anulados *ab initio* ou declarada extinta a punibilidade dos querelados.

## 5.2 AÇÃO DE INICIATIVA PÚBLICA

A maior parte da pesquisa foi focada nas ações propostas pelo Ministério Público, pois são elas que ocupam a maioria absoluta do espaço na prática forense. Aliás, foram 206 (duzentos e seis) processos de iniciativa pública analisados.

### 5.2.1 ASPECTOS GERAIS

É importante apresentar informações gerais sobre a pesquisa antes de focar na importância do *Parquet* como fiscal da lei.

De todos os crimes apurados, 105 (cento e cinco) (50,9%) estão previstos no Código Penal; 47 (quarenta e sete) (22,8%) na Lei de Contravenções Penais; 33 (trinta e três) (16%) tipificados no Código de Trânsito Brasileiro; e 21 (vinte e um) (10,2%) em outras legislações, como a lei 11.343/2006 (entorpecentes) e a lei 9.605/1998 (ambiental).

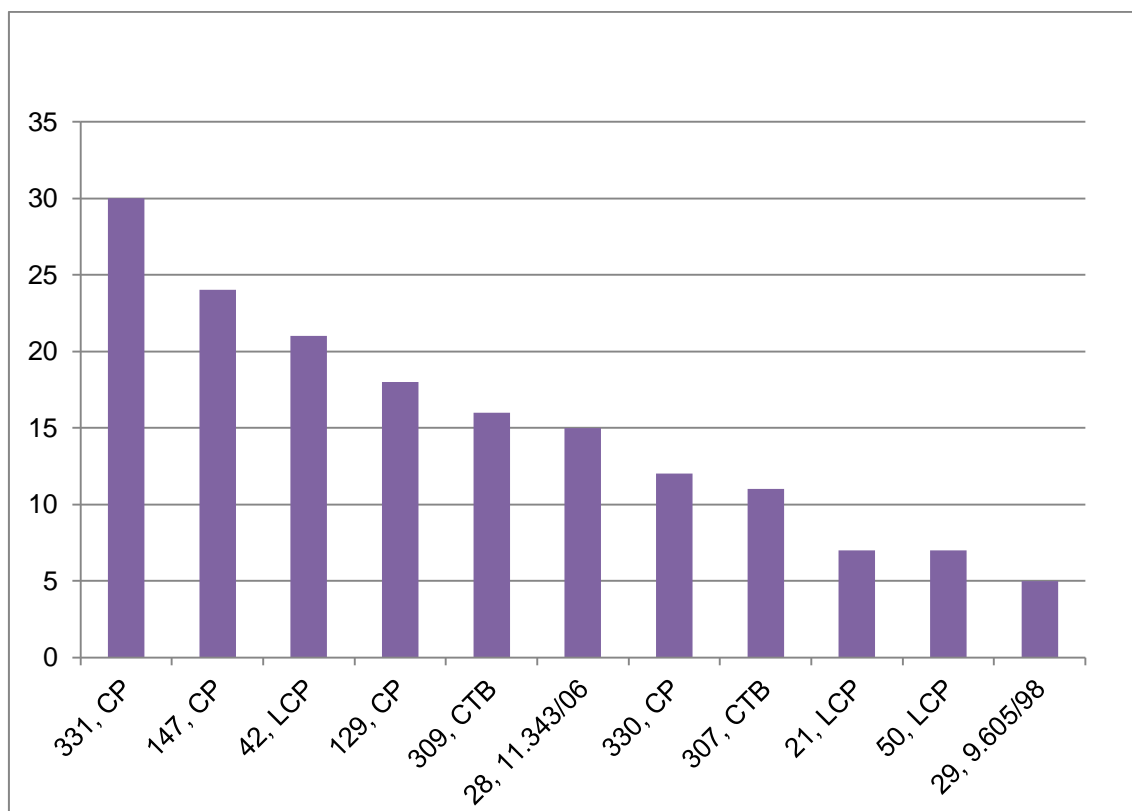
Das infrações analisadas, lideram a lista o crime de desacato (art. 331, CP) com 30 (trinta) aparições; crime de ameaça (art. 147, CP) com 24 (vinte e

---

<sup>63</sup> Art. 46, Código Penal. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

quatro) registros; e a contravenção de perturbação de sossego (art. 42, LCP) com 21 (vinte e um) casos (GRÁFICO 1):

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE INFRAÇÕES



FONTE: APÊNDICE 2.

Os números que surpreendem são de contravenções penais que são processadas no âmbito dos juizados especiais. Pouco se discute sobre o Decreto-Lei nº 3.688/1941 que instituiu as contravenções penais, porém muitas são as denúncias pelo Ministério Público que buscam a condenação por tais infrações.

Aliás, contravenções como “perturbação de sossego alheio” (ou seja, ouvir som alto) e “vias de fato” apareceram múltiplas vezes nos recursos analisados, infrações estas que nem deveriam ser penalizadas se respeitado fosse o princípio da intervenção mínima.

Em nome do “eficientismo”, afirma Altair Machado, muitas leis foram criadas nos anos 90, com a consequente maior taxa de criminalização e trazendo à tona delitos já enterrados pela prática processual:

As recentes formulações legais no Brasil têm trazido um alto teor de incriminação, e que um intervencionismo estatal cada vez maior pode levar a um totalitarismo da tutela penal. Assim, vêm sendo desrespeitados os princípios da intervenção mínima e da fragmentariedade (...) Criam-se novos delitos ou mesmo ressuscitam-se antigos delitos, quase todos de perigo abstrato, empregando-se cláusulas gerais e estabelecendo-se o regime da imprevisão típica, além de afrontar o princípio da taxatividade<sup>64</sup>

A Lei de Contravenções Penais está desatualizada (e muito) com a realidade social brasileira, possuindo normais penais em branco<sup>65</sup>, outras que não são alcançadas pelo princípio penal da intervenção mínima, e demais que vêm sendo consideradas inconstitucionais<sup>66</sup>. Além do mais, não é raro a defesa requerer a não recepção do Decreto-Lei pela Constituição em sua preliminar de recurso. Contudo, não há bases jurisprudenciais para os juízes decretarem sua inconstitucionalidade.

Ainda, “Com o advento da Lei uma série de tipos sem qualquer dignidade penal e que poderiam ser descriminalizados, acabaram revigorados. Contravenções que estavam desaparecidas, hoje engordam as prateleiras forenses”<sup>67</sup>.

Outro dado fundamental é a taxa de reforma das sentenças de primeiro grau. Foram visualizadas cinco formas de procedência do recurso: para absolver, para condenar, para receber a denúncia, ao declarar nulidade ou extinção da punibilidade e ao reformar pena.

<sup>64</sup> MACHADO, Altair Mota. **Juizado especial: da teoria à prática**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2006, p. 26-27.

<sup>65</sup> Por exemplo, carregar arma branca, sem licença de autoridade (art. 19, LCP). “Na contravenção penal prevista no artigo 19 do Decreto-Lei 3.688/41 (...) nenhuma norma disciplinadora de licença para o porte foi editada, sendo, atípica a conduta do réu (...) pela falta de norma regulamentadora” (TJ-PE – Apelação: APL 2567546 PE).

<sup>66</sup> “No julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 583523, realizado na sessão desta quinta-feira (3), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, declarou não recepcionado pela Constituição Federal (CF) de 1988 o artigo 25 da Lei de Contravenções Penais (LCP), que considera como contravenção o porte injustificado de objetos como gazuas, pés-de-cabra e chaves michas por pessoas com condenações por furto ou roubo ou classificadas como vadios ou mendigos”. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=250053>>. Acesso em 21 setembro 2017.

<sup>67</sup> WUNDERLICH, Alexandre. **A vítima no processo penal (impressões sobre o fracasso da Lei 9.099/95)**. In: Novos diálogos sobre os juizados especiais criminais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 35.

No total foram registrados 86 (oitenta e seis) casos de reforma, sinalizando 41,7% do total de recursos de apelação interpostos, seja pela defesa, seja pela acusação.

Em favor da defesa, foram 70 (setenta) ocorrências: trinta reformas pela absolvição, outras trinta por alguma nulidade ou extinção da punibilidade e dez para minorar a pena em algum aspecto. No total, então, a taxa de reforma em benefício da defesa foi de 34%.

As outras reformas foram, em interesse da acusação, para condenar (dois casos), majorar a pena (também dois casos) e receber a denúncia (doze acórdãos).

Em comparação, uma pesquisa que calculou a taxa de reforma das Câmaras Criminais do Estado de São Paulo<sup>68</sup>, demonstrou que dos recursos interpostos pela defesa, 45,5% foram parcialmente ou integralmente providos, e 53,9% desprovidos. Trata-se de uma taxa superior à analisada na presente pesquisa. É claro que os crimes são diferentes – aliás, trata-se de competências diferentes. Salienta-se que nas turmas recursais são julgadas infrações que o réu será condenado para, no máximo, regime semiaberto, e grande parte das penas, por mandamento da Lei dos Juizados Especiais, é substituída por restritiva de direitos. Não obstante, a comparação se mostra relevante.

Aliás, cento e sessenta e cinco recursos foram interpostos pela defesa (80,1%), enquanto que a acusação interpôs quarenta e duas vezes (incluindo três exclusivos do assistente de acusação). É o contrário do visto na pesquisa das ações de iniciativa privada, em que 80,5% dos recursos foram interpostos pelo querelante.

Sobre as comarcas, há divergência com a pesquisa das queixas-crime. Nestas, como mostrado anteriormente, 65% vieram de cidades com mais de 200 (duzentos) mil habitantes - isso porque propor ação de iniciativa privada requer advogado constituído e também muita informação de como se proceder para ajuizá-la.

Do outro lado, nos recursos de processos de iniciativa pública, 77 (setenta e sete) são de cidades com mais de duzentos mil habitantes. Os outros 62,6%

---

<sup>68</sup> NUNES, Marcelo G; TRECENTI, Julio A. Z. **Reformas de decisão nas câmaras de direito criminal em São Paulo**. 2015. Disponível em <<http://s.conjur.com.br/dl/estudo-camaras-criminais-tj-sp.pdf>>. Acesso em 21 setembro 2017.

(cento e vinte e nove recursos) são de menores cidades, situadas no interior do estado. Perceba (TABELA 1):

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS NAS COMARCAS

COMARCA	HABITANTES*	Nº RECURSOS	PORCENTAGEM**
CURITIBA	1.893.997	22	10,6%
LONDRINA	553.393	15	7,3%
CASCADEL	316.226	12	5,8%
PONTA GROSSA	341.130	11	5,3%
MARINGÁ	403.063	11	5,3%
WENCESLAU BRAZ	19.847	11	5,3%
PARANAVAÍ	87.316	8	3,9%
PATO BRANCO	79.869	6	2,9%

FONTE: APÊNDICE 2.

\* Segundo estimativa do IBGE, agosto de 2016.

\*\* Em relação ao número total de recursos.

Por fim, deve-se frisar que o núcleo da pesquisa vem a seguir, com os pareceres do Ministério Público, ora apontando nulidades, ora causas de extinção de punibilidade, sempre visando o cumprimento do devido processo legal, mesmo que nenhuma das partes ou o juízo havia antes percebido tais irregularidades.

### 5.3 OS PARECERES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Todos os pareceres analisados neste tópico pertencem às ações de iniciativa pública, porém preferiu-se abrir outro item para tratar do assunto, uma vez que será mais extenso e outros assuntos serão subdivididos.

É irrelevante mostrar quantos pareceres foram a favor ou contrários aos recursos interpostos, posto que a intenção da pesquisa é revelar o valor do *Parquet* como fiscalizador do devido processo legal. Assim, quando o parecer opta pela condenação ou absolvição do réu, por exemplo, não está ativamente constatando uma quebra ao devido processo, porém no momento em que levanta uma irregularidade na apropriada tramitação, sua intervenção é proativa na defesa dos direitos fundamentais, e é neste ponto que se deve enfatizar.

Do total de 206 (duzentos e seis) recursos de apelação pesquisados, houve nulidade/causa de extinção de punibilidade em 38 (trinta e oito). Destes, apenas 2 (dois) casos foram levantados pela defesa e também pelo Ministério Público, e o resto, 36 (trinta e seis), foram exclusivamente apontados pelo *Parquet* em parecer nas turmas recursais.

Ainda, as turmas não seguiram apenas três destes levantamentos ministeriais, sendo que dois eram nulidades tópicas que foram feitas reformas para absolvição.

Ou seja, em 16% dos recursos interpostos nas Turmas Recursais no período da pesquisa houve afronta ao devido processo legal em que apenas o Ministério Público atuante foi capaz de perceber. Não houve levantamento pelas partes, nem pelo juízo, e não há garantia alguma que haveria pelos acórdãos.

Enfim, busca-se analisar individualmente as irregularidades e como as turmas se comportam diante dos levantamentos ministeriais.

### 5.3.1 DAS NULIDADES ANALISADAS

Como visto anteriormente, há diferentes teorias na doutrina sobre as nulidades processuais, mas sabe-se que as absolutas anulam todos os atos subsequentes de sua decretação.

Em contrapartida, as “nulidades tópicas” são aquelas que afetam apenas um ponto do processo, que pode ser refeita sem prejudicar os outros atos.

A maioria das nulidades absolutas verificadas desrespeitou a tramitação da Lei 9.099/1995. Indica o *caput* do art. 81:

Art. 81. Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

Trata-se da audiência de instrução e julgamento, em que são concentradas a defesa, o recebimento da denúncia, a instrução processual, e, cabendo a oportunidade, as alegações finais orais e, por fim, a sentença.



Ora, qualquer inversão de atos na audiência prejudica a defesa, devendo o ato ser feito imediatamente, caso percebido pelas partes ou o próprio juízo.

Apesar dessa maior concentração, não ficou restringido o direito de defesa, que, ao contrário, saiu mais protegido, pela previsão do oferecimento prévio de resposta à acusação, antes do recebimento da denúncia ou queixa (...) Tal providência (...) tende a evitar que prosperem acusações infundadas ou temerárias, pela possibilidade de que a defesa se manifeste previamente à decisão judicial sobre a admissibilidade da ação penal<sup>69</sup>

Houve processos em que não foi oportunizada a palavra à defesa antes do recebimento da denúncia, ou que a defesa prévia ocorreu após instaurada a ação penal. Desta forma, fica óbvia a mácula, uma vez que, como explicado por Grinover, é o momento de defesa para evitar instaurar uma ação injusta e sem as devidas condições. Se o juiz não ouve a defesa e ainda assim recebe a acusação, entende-se que ocorre nulidade absoluta. Ressalta-se novamente:

Na audiência, por sua vez, a Defesa terá a oportunidade de responder à pretensão acusatória, antes do recebimento da denúncia ou queixa. A resposta poderá conter argumentos relativos à questão de mérito ou fundar-se em tópicos pertinentes à justa causa, aos pressupostos processuais, condições da ação, ou a qualquer matéria que obste o recebimento da inicial da acusação<sup>70</sup>

Foram defendidos pelo Ministério Público, assim, o correto seguimento do devido processo legal, ao requerer a nulidade absoluta dos processos quais o juiz recebeu a denúncia antes de oportunizar a palavra à defesa.

Retira-se a ementa do acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal do Estado do Paraná:

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 129, CAPUT DO CÓDIGO PENAL. LESÕES CORPORAIS DE NATUREZA LEVE. INOBSERVÂNCIA DO RITO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA SEM A OPORTUNIZAÇÃO DE RESPOSTA À ACUSAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 81 DA LEI 9.099/95. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL. NULIDADE ABSOLUTA A PARTIR DO ATO DEPRECADO EM QUE FOI

<sup>69</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais: comentários à lei 9.099, de 26.09.1995**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 177/178.

<sup>70</sup> CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de; PRADO, Geraldo. **Lei dos juizados especiais e criminais comentada e anotada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2006, p. 134.

RECEBIDA A DENÚNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO. ARTIGOS 107, IV, 109, V E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL E ARTIGO 61 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ANÁLISE DO MÉRITO RECURSAL PREJUDICADA. Recurso conhecido e prejudicado.<sup>71</sup>

De outra decisão, tem-se o seguinte:

O MINISTÉRIO PÚBLICO EM ATUAÇÃO JUNTO ÀS TURMAS RECURSAIS MANIFESTOU-SE PELO CONHECIMENTO E PELA DECRETAÇÃO, EX OFFICIO, DE NULIDADE ABSOLUTA DA AÇÃO PENAL A PARTIR DA DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA, POR OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. COMPULSANDO OS AUTOS OBSERVA-SE QUE O JUÍZO MONOCRÁTICO DE FATO NÃO PROPICIOU À APELANTE A POSSIBILIDADE DE OFERECER RESPOSTA À ACUSAÇÃO ANTES DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA (MOV. 38.1), CONFORME DETERMINA O ART. 81 DA LEI 9.099/95. RESSALTA-SE QUE TAL FATO ACARRETA OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, BEM COMO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA (ART. 5º, INCISOS LIV E LV, DA CF), RAZÃO PELA QUAL DECLARO A NULIDADE ABSOLUTA DA PRESENTE AÇÃO A PARTIR DA DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA<sup>72</sup>

Outra nulidade recorrente, a respeito do mesmo art. 81 da lei 9.099/95, é sobre instruir o processo antes de receber a denúncia, ou seja, durante a audiência de instrução e julgamento, ao invés receber a acusação e então inquirir as testemunhas, a oitiva ocorre primeiro, caracterizando uma ofensa ao procedimento sumaríssimo tipificado no art. 81.

Desta forma, a produção de provas – inquirição de testemunhas, peritos (se necessário) e a juntada de documentos -, é realizada antes de mesma instaurada a ação penal. Há clara ofensa aos princípios fundamentais de contraditório e ampla defesa, uma vez que o juiz “espera” a inquirição para se motivar acerca do recebimento da denúncia (sem essa intenção, claramente).

Novamente, se manifestou assim a 1ª Turma Recursal:

Conforme bem observado pela ilustre Promotora de Justiça, em seu parecer, o feito está eivado de nulidade, uma vez que não se observou o procedimento especial previsto na Lei 9.099/95. Analisando os autos, verifica-se que o magistrado a quo recebeu a denúncia após a oitiva da

<sup>71</sup> Recurso de apelação nº 0001303-36.2010.8.16.0080. Data de julgamento: 23/09/2016. Relator: Leo Henrique Furtado Araújo.

<sup>72</sup> Recurso de apelação nº 0002204-02.2013.8.16.0176. Data de julgamento: 03/03/2016. Relator: Fernando Swain Ganem.

testemunha, não havendo, assim, a instauração válida do processo (...) No presente caso, constata-se afronta ao procedimento sumaríssimo preconizado na Lei 9.099/95. Tal circunstância se configura em violação ao princípio do devido processo legal, cuja nulidade, por ser absoluta, não pode ser convalidada.<sup>73</sup>

Importante destacar que ambas ocasiões que desrespeitaram o rito do Juizado Especial ocorreram nas cidades de Engenheiro Beltrão, Mamborê, Wenceslau Braz, Ubitatã, Sertãoópolis, Medianeira, Guaraniaçu e Pinhais. Exceto esta última, todas as outras comarcas são de juízo único<sup>74</sup> (ou juizado adjunto), em que o mesmo juízo atende processos de rito comum e também do juizado especial. Desta forma, levanta-se a hipótese de que a inobservância à prática da lei 9.099/95 seja devido às audiências de rito comum que também são realizadas pelos mesmos funcionários, havendo possíveis desacertos entre as normas.

Houve dois episódios em que a denúncia nem foi recebida pelo juiz. Não se trata de mero erro material, visto que com a falta de manifestação explícita pelo magistrado, a ação penal não é iniciada, e a audiência de instrução e julgamento e todos os atos posteriores devem ser considerados nulos.

Também em dois momentos o *Parquet* percebeu a ocorrência de incompetência absoluta do juízo. Um destes se trata de um desacato praticado por um civil contra um sargento do exército em exercício de suas funções. Indicou o parecer ministerial:

verifica-se que o apelante se encontrava na situação descrita na alínea “c”, do inciso III, do artigo 9.º, do Código Penal Militar, uma vez que desacatou a vítima Wagner Apolano Ribeiro, que é sargento do exército, e estava no exercício regular das suas funções (fazendo ronda na casa do Coronel do Exército). Assim, tendo em vista que o recorrente desacatou um militar das Forças Armadas, no exercício de suas funções, a competência para processar e julgar os presentes autos é da Justiça Militar.

A 1º Turma Recursal seguiu o entendimento do Ministério Público e remeteu os autos para a justiça militar.

<sup>73</sup> Recurso de apelação nº 0000193-12.2013.8.16.0172. Data de julgamento: 07/07/2016. Relatora: Fernanda de Quadros Jorgensen Geronasso.

<sup>74</sup> Disponível em <<https://www.tjpr.jus.br/enderecos-e-informacoes-juizados-especiais>>. Acesso em 22 setembro 2017.

O outro processo em que foi notada a incompetência trata-se de uma lesão leve, porém no contexto de violência doméstica, em que a pena abstrata<sup>75</sup> ultrapassa o teto limite dos Juizados Especiais Criminais. Decidiu o acórdão: “verifica-se que é escorreito o apontamento do *Parquet* quanto a incompetência do Juizado Especial Criminal para processar e julgar a presente demanda, tendo em vista que o delito de lesão corporal leve ultrapassa a pena máxima de 02 (dois) anos”<sup>76</sup>.

O último caso de nulidade absoluta também foi verificado pela defesa em seu recurso. No processo em que foi imputado ao apelante o cometimento da contravenção de perturbação de sossego (art. 42, III, LCP), o Ministério Público atuante na Comarca de Marmeleiro deixou de oferecer proposta de suspensão condicional do processo.

Sem adentrar no mérito ou na possível inconstitucionalidade da medida, ela está prevista no art. 89 da lei 9.099/95:

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

A suspensão condicional do processo pretende, como dita o nome, suspender o processo após recebida a denúncia. Tendo o acusado cumprido os requisitos elencados no artigo, terá sua punibilidade extinta pelo juiz.

No entanto, mesmo que a lei diga que o *Parquet* “poderá” propor a suspensão, não se trata de mera discricionariedade pelo órgão.

Pode o *Parquet* agora, em lugar da via clássica (repressiva), também direcionar-se à via alternativa (despenalizadora) (isso nunca lhe foi possível, agora pode). Essa opção, no entanto, deve seguir

<sup>75</sup> Art. 129, Código Penal. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:  
Pena - detenção, de três meses a um ano.

(...)

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

<sup>76</sup> Recurso de apelação nº 0000229-08.2015.8.16.0100. Data do julgamento: 03/03/2016. Relator: Fernando Swain Ganem.

rigorosamente os critérios legais, não pessoais. De outro lado, preenchidos os critérios que foram eleitos pelo legislador para a suspensão do processo, o Ministério Público (...) além de poder, se quer adstringir-se à legalidade, deve formular a proposta prevista no citado art. 89. (...) Não se trata, portanto, de ato meramente discricionário<sup>77</sup>

Apesar de a autora paulista ter dado a sugestão de remeter os autos ao Procurador-Geral caso o Ministério Público não tenha feito a proposta, não foi o que se passou nos autos. Na verdade, em nenhum momento foi ofertada a suspensão ao réu, o qual interpôs recurso de apelação e teve seu pedido atendido pelo acórdão: “os autos encontram-se eivados de nulidade, uma vez que o acusado poderia fazer jus ao benefício da suspensão condicional do processo”<sup>78</sup>.

A outra parte das nulidades verificadas é sobre as “tópicas”, aquelas em que o erro se resume a um ponto específico do processo, e sua devida correção não influencia na validade dos outros atos. Aliás, nesta pesquisa, todas as nulidades tópicas foram verificadas na sentença, mais especificamente na dosimetria da pena.

A maior parcela foi quando os juízes substituíram as penas privativas de liberdade por restritiva de direitos, mais especificamente a de prestar serviço à comunidade. Diz o *caput* do art. 46 do Código Penal:

Art. 46. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

Porém em todos os casos a pena estabelecida pelos magistrados era inferior a seis meses de detenção/prisão simples. Assim, deve-se declarar a nulidade de tal substituição, pois não foi seguida a lei corretamente, além de ser maléfica ao réu.

Todas as decisões atinentes à individualização da pena devem ser motivadas, sob pena de nulidade (...) A falta de manifestação sobre o regime de pena, a respeito da suspensão da pena privativa quando possível, ou, ainda, em torno de eventual substituição da pena privativa

<sup>77</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais: comentários à lei 9.099, de 26.09.1995**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 299/300.

<sup>78</sup> Recurso de apelação nº 0000531-85.2015.8.16.0181. Data do julgamento: 02/06/2016. Relator: Fernando Swain Ganem.

por restritiva ou multa quando a pena a permita, representam omissões que afetam a sentença, conduzindo à sua nulidade<sup>79</sup>

Todas as sentenças que houve essa nulidade tópica foram notadas pelo Ministério Público, o que, de qualquer forma, não modifica a condenação do apelante, mas sim apenas a forma que irá cumprir sua pena.

Foram verificadas também duas sentenças que aplicaram pena restritiva de direitos como condição de cumprimento do regime aberto. Ora, o regime aberto, como bem indica, é o regime que deve ser cumprido quando o réu é condenado à uma pena privativa de liberdade. Não há como o réu prestar serviço à comunidade para cumprir as condições do regime aberto. Se este fosse substituído por uma restritiva de direitos, o juiz poderia impor a prestação de serviços à comunidade, mas não foi o que ocorreu.

O último recurso tratou do crime de desacato, que prevê pena privativa de liberdade ou multa. Sendo assim, o juiz não justificou a adoção da pena privativa acima da de multa. Trata-se de sentença nula neste aspecto, pois faltou fundamento (art. 93, X, Constituição Federal).

Assim decidiu a turma: “verifica-se que o juiz a quo não justificou a escolha da pena privativa de liberdade, que é a mais gravosa ao sentenciado, posto que atinge diretamente seu direito de liberdade (...) de ofício declaro a nulidade parcial da sentença”<sup>80</sup>

Fora das nulidades, houve também três recursos intempestivos (dois deles do *Parquet* de primeiro grau) e um que carecia de interesse recursal. Novamente, os quatro casos foram notados pelos pareceres ministeriais e seguidos pelas devidas turmas recursais.

### 5.3.2 CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

Indica o Código Penal:

Art. 107 - Extingue-se a punibilidade:

<sup>79</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 245/247.

<sup>80</sup> Recurso de apelação nº 0003757-55.2014.8.16.0045. Data do julgamento: 07/07/2016. Relatora: Fernanda de Quadros Jorgensen Geronasso.

- I - pela morte do agente;
- II - pela anistia, graça ou indulto;
- III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;
- IV - pela prescrição, decadência ou perempção;
- V - pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;
- VI - pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;
- IX - pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

Na realidade apenas uma causa de extinção de punibilidade foi registrada: a prescrição. Como se tratam de infrações de menor potencial ofensivo, a prescrição verifica-se em no máximo quatro anos antes do trânsito em julgado. Há também, é claro, casos em que o acusado possui menos de vinte e um anos, ou ainda a prescrição vem como consequência de uma nulidade absoluta que invalidou todo o processo, não existindo, então, causas interruptivas da prescrição.

De todas as sete extinções de punibilidade analisadas, duas foram em decorrência da caracterização de nulidade, e apenas uma delas não foi seguido pelo acórdão (com razão).

Das outras quatro, três foram prescrições *in abstracto* e uma *in concreto*. Aliás, em todas incidiu o art. 115 do Código Penal, em que o prazo prescricional é reduzido pela metade quando o réu é menor de vinte e um anos.

Ressalta-se que, novamente, em apenas um dos casos a defesa levantou a causa extintiva de punibilidade. Os outros foram apenas notados pelo *Parquet* atuante nas Turmas Recursais.

Para ilustrar:

VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, CUJA NULIDADE, POR SER ABSOLUTA, NÃO PODE SER CONVALIDADA. DIANTE DO EXPOSTO, DECLARO DE OFÍCIO A NULIDADE DOS AUTOS DE AÇÃO PENAL N.º 0000359-74.2013.8.16.0164 A PARTIR DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, POR OFENSA AO ARTIGO 81 DA LJE. AINDA, DECLARO EXTINTA, DE OFÍCIO, A PUNIBILIDADE DA APELANTE ALAIANA CARLA JESSICA ARAUJO, TENDO EM VISTA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO<sup>81</sup>

APLICA-SE, IN CASU, O PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO ART. 109, INCISO V, DO CÓDIGO PENAL, COM A REDUÇÃO

<sup>81</sup> Recurso de apelação nº 0000359-74.2013.8.16.0162. Data de julgamento: 07/07/2016. Relator: Fernando Swain Ganem.

PREVISTA NO ART. 115 DO MESMO DIPLOMA LEGAL, TENDO EM VISTA QUE O AGENTE ERA MENOR DE 21 (VINTE E UM) ANOS AO TEMPO DO FATO CRIMINOSO. ASSIM, O CRIME IMPUTADO AO APELANTE PRESCREVERIA EM UM LAPSO TEMPORAL DE DOIS ANOS. A DENÚNCIA FOI RECEBIDA NO DIA 07.05.2015, OU SEJA, PASSADOS MAIS DE DOIS ANOS DA DATA DO FATO (15.12.2012), PORTANTO, RESTA CONFIGURADA A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA<sup>82</sup>

As comarcas destes processos, outra vez, estão localizadas em cidades pequenas, tais quais Engenheiro Beltrão, Astorga, Sertanópolis, Wenceslau Braz e São Miguel do Iguaçu. Entende-se que as partes e o juízo de primeiro grau foram incapazes de notarem que o réu era menor de vinte e um anos nestes casos, uma vez que o tempo prescricional é diminuído pela metade. Geralmente as prescrições são percebidas quando se passa mais de quatro anos entre uma causa interruptiva e outra.

---

<sup>82</sup> Recurso de apelação nº 0000020-73.2013.8.16.0176. Data de julgamento: 02/06/2016. Relator: Fernando Swain Ganem.



## 6 CONCLUSÃO

O estágio realizado no Ministério Público das Turmas Recursais do Estado do Paraná não parecia render uma pesquisa de monografia. Tratava-se de um órgão que (na maior parte do tempo) possuía apenas uma promotora de justiça, duas assessoras e dois estagiários, e o volume de recursos muito alto que continuava crescendo.

No entanto, aparentava haver um princípio interno, que passava de profissional a profissional ao elaborar os pareceres: sempre que notar alguma irregularidade que afetou o devido processo legal, deve alegá-la. Assim o aprendizado tornou-se constante ao se deparar com falhas na instrução processual, como inversão da cronologia dos procedimentos; com denúncias não recebidas; juízos incompetentes; erros nas dosimetrias da pena; medidas despenalizadoras não oferecidas; decadências; prescrições; recursos intempestivos e até falta de interesse para interpô-los.

Ao ser primeiro a notar tais irregularidades, a importância do órgão cresce, considerando ainda que as turmas recursais sempre seguiam o mesmo entendimento.

Sim, o trâmite processual pode ser demorado. Mas não pode ser falho. A proposta de sinalizar nulidades desta forma também é preventiva. Evita-se, no futuro, que os mesmos juízos deixam de dar palavra à defesa; que o *Parquet* não ofereça medidas despenalizadoras, mesmo que o réu tenha direito; de que a defesa perceba a ocorrência de prescrição antes, ou que estas nem venham a ocorrer.

Ora, se um órgão com cinco funcionários tem capacidade de provocar essas mudanças nos recursos de apelação de Juizados Especiais Criminais do estado todo, está comprovada sua importância.

Mas essa pesquisa não demonstrou as mudanças realizadas na mentalidade das partes e dos juízes que cometeram as invalidades levantadas. Espera-se que isso ocorra, é claro, mas a relevância do *Parquet* fiscal da lei ao apenas notar as falhas processuais é prova suficiente para o trabalho em questão.

Novamente, 16% dos recursos analisados estavam eivados de nulidade ou continham causa de extinção de punibilidade que só foram notados pelo Ministério Público. Trinta e três recursos teriam sido julgados em seu mérito, mesmo havendo graves ofensas ao devido processo legal.

Com o processo penal em destaque na mídia, em que muitas garantias podem ser desrespeitadas para selar uma resposta “adequada” e rápida à população, um órgão ministerial desses, capaz de cumprir sua função constitucional de defensor da ordem jurídica, nunca é demais. Repita-se: nunca é demais. Aliás, sua atuação é de muitíssima necessidade para frear a onda processual autoritária que parece continuar seguindo em desacordo com as instituições democráticas.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Suzana de Toledo; CRUZ, Rogério Schietti Machado. **A atuação do Ministério Público na turma recursal do juizado especial criminal**. In: Congresso nacional do Ministério Público: Livro de Teses: o Ministério Público Social. Curitiba: Associação Paranaense do Ministério Público: Confederação Nacional do Ministério Público, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Seção 1, p. 2.391.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 13 out. 1941. Seção 1, p. 19.699.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.688 de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 13 out. 1941. Seção 1, p. 19.696.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993. Lei orgânica do Ministério Público. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 fev. 1993. Seção 1, p. 1.997.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 1995. Seção 1, p. 15.033.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Seção 1, p. 1.

BREDA, Antonio Acir. **Efeitos da declaração de nulidade no processo penal**. Curitiba: Revista do Ministério Público do Estado do Paraná nº 9, 1980.

CALAMANDREI, Piero. **Istituzioni di diritto processuale civile**. 2. vol., Pádua: Cedam, 1943.

CARNELUTTI, Francesco. **Lecciones sobre el proceso penal**. 1. vol. Traducción de Santiago Sentís Melendo Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-América – Bosch y Cía. Editores, 1950.

\_\_\_\_\_. **Lecciones sobre el proceso penal**. 2. vol. Traducción de Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-América – Bosch y Cía. Editores, 1950.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de; PRADO, Geraldo. **Lei dos juizados especiais e criminais comentada e anotada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2006.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Introdução aos princípios gerais do processo penal brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 30, 1998.

\_\_\_\_\_. **Propositura, pelo Ministério Público, de ações para a tutela de interesses de particulares e ações civis públicas**. Rio de Janeiro: Revista Forense, n. 332, 1995.

GRECO, Rogério. **Atividade Policial, aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais**. 2. ed. Niterói: Editora Impetus, 2009.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais: comentários à lei 9.099, de 26.09.1995**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

GOLDSCHMIDT, James. **Problemas jurídicos y políticos del proceso penal**. Montevideo: B de F, 2016.

KUHLMANN, Silvio Roberto Degasperi. **Os atos do Ministério Público no devido processo penal**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2003.

LOPES JR. Aury. **Direito processual penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MACHADO, Altair Mota. **Juizado especial: da teoria à prática**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2006.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público**. São Paulo: Saraiva, 1997.

\_\_\_\_\_. **O princípio da obrigatoriedade e o ministério público**. Porto Alegre: Revista eletrônica do CEAf, vol. 1, n. 1, 2012, p. 6. Disponível em <[http://www.mprs.mp.br/media/areas/biblioteca/arquivos/revista/edicao\\_01/vol1no1art4.pdf](http://www.mprs.mp.br/media/areas/biblioteca/arquivos/revista/edicao_01/vol1no1art4.pdf)>. Acesso em: 22 setembro 2017.

NUNES, Marcelo G; TRECENTI, Julio A. Z. **Reformas de decisão nas câmaras de direito criminal em São Paulo**. 2015. Disponível em

<<http://s.conjur.com.br/dl/estudo-camaras-criminais-tj-sp.pdf>>. Acesso em: 21 setembro 2017.

PARANÁ (Estado). Lei complementar nº 85 de 27 de dezembro de 1999. Estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. **Legislação do Estado do Paraná**, Curitiba, 29 dez 1999. Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=8042&codTipoAto=&tipoVisualizacao=alterado>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SCHOLZ, Leônidas Ribeiro. **A atuação complementar do Ministério Público no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 719, 1995.

WUNDERLICH, Alexandre (org.); CARVALHO, Salo de (org.). **Novos diálogos sobre os juizados especiais criminais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

## APÊNDICE 1 - DADOS DA PESQUISA DOS RECURSOS DE QUEIXA CRIME

Nº Processo	Infração (art.)	Comarca	Nulidade* alegada?	Sentença	Recurso	MP Turma Recursal	Qual nulidade?	Decisão acórdão
0001574-47.2013.8.16.0110	139 c/c 141, CP	Mangueirinha	Não	Procedente	Defesa	<b>Extinção da punibilidade</b>	Decadência (não recolhimento de custas)	<b>Segue MP</b>
0008841-04.2014.8.16.0056	345, CP	Cambé	-	Decadência	Acusação	Decadência	-	Mantém extinção da punibilidade
0002058-46.2014.8.16.0104	138, CP	Laranjeiras do Sul	Não	Rejeição	Acusação	<b>Extinção da punibilidade</b>	Decadência (não recolhimento de custas)	<b>Segue MP</b>
0035723-13.2014.8.16.0182	138, CP	Curitiba	-	Procedente	Defesa	Parcial provimento	-	Reforma: extinção da punibilidade
0008306-75.2014.8.16.0056	139, CP	Cambé	-	Decadência	Acusação	Decadência	-	Mantém extinção da punibilidade
0018075-24.2014.8.16.0019	138, 140, CP	Ponta Grossa	-	Improcedente	Acusação	Improcedente	-	Mantém absolvição
0014225-59.2014.8.16.0019	139, 140, CP	Ponta Grossa	-	Decadência	Acusação	Decadência	-	Mantém extinção da punibilidade
0016982-29.2014.8.16.0018	139, 140 e 147, CP	Maringá	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0032406-07.2014.8.16.0182	138, 139 e 140, CP	Curitiba	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0029583-58.2014.8.16.0021	140, CP	Cascavel	<b>Sim</b>	Procedente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Cerceamento de defesa	<b>Segue recurso e MP</b>
0001770-77.2014.8.16.0014	139 e 140, CP	Londrina	-	Improcedente	Acusação	Parcial provimento	-	Mantém absolvição
0015385-86.2014.8.16.0030	138 e 139, CP	Foz do Iguaçu	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0017317-12.2014.8.16.0030	140, CP	Foz do Iguaçu	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade tópica/Condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP e mantém condenação</b>
0001086-40.2014.8.16.0019	140, CP	Ponta Grossa	<b>Sim</b>	Procedente	Defesa	<b>Extinção da punibilidade</b>	Decadência (não recolhimento de custas)	<b>Segue recurso e MP</b>
0003357-15.2014.8.16.0086	138, CP	Guairá	-	Decadência	Acusação	Decadência	-	Mantém extinção da punibilidade
0082211-45.2014.8.16.0014	140, CP	Londrina	-	Improcedente	Acusação	Absolvição	-	Mantém absolvição
0001094-04.2015.8.16.0109	139, 140, CP	Mandaguari	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0023949-20.2015.8.16.0030	139 c/c 141, CP	Foz do Iguaçu	Não	Improcedente	Acusação	<b>Nulidade</b>	Incompetência do Juízo	<b>Segue MP</b>
0027345-05.2015.8.16.0030	140, CP	Foz do Iguaçu	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0001708-39.2015.8.16.0099	139 c/c 141, CP	Jaguapitã	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0010537-58.2015.8.16.0018	140, CP	Maringá	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0028577-52.2015.8.16.0030	140, CP	Foz do Iguaçu	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0031522-41.2015.8.16.0182	138, CP	Curitiba	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0080637-50.2015.8.16.0014	140, CP	Londrina	-	Rejeição	Acusação	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0001720-53.2015.8.16.0099	139 c/c 141, CP	Jaguapitã	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0013677-97.2015.8.16.0019	140 e 163, CP	Ponta Grossa	-	Parcial procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0010086-24.2015.8.16.0021	139, CP	Cascavel	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0014715-43.2015.8.16.0182	138, CP	Curitiba	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição
0000132-57.2015.8.16.0019	139 e 140, CP	Ponta Grossa	-	Decadência	Acusação	Decadência	-	Mantém extinção da punibilidade
0000735-48.2015.8.16.0014	138, 139 e 140, CP	Londrina	-	Decadência	Acusação	Decadência	-	Mantém extinção da punibilidade
0001196-56.2015.8.16.0099	140 c/c 141, II e III, CP	Jaguapitã	Não	Rejeição	Acusação	<b>Extinção da punibilidade</b>	Decadência	<b>Segue MP</b>
0008085-30.2015.8.16.0033	138 e 139, CP	Pinhais	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Nulidade: incompetência do juízo
0008624-23.2015.8.16.0024	139 e 140, CP	Almirante Tamandaré	Não	Rejeição	Acusação	<b>Extinção da punibilidade</b>	Defeito na procuração	<b>Segue MP</b>
0002901-04.2016.8.16.0019	139, 140, CP	Ponta Grossa	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Desistência do recurso
0000358-10.2016.8.16.0122	138 c/c 144, CP	Ortigueira	-	Rejeição	Acusação	Rejeição	-	Mantém rejeição

\*Nulidade neste caso inclui também casos de extinção da punibilidade e recurso intempestivo.

## APÊNDICE 2 - DADOS DA PESQUISA DOS RECURSOS DE AÇÃO DE INICIATIVA PÚBLICA

continua

Nº Processo	Infração (art.)	Comarca	Nulidade* alegada?	Sentença	Recurso	MP Turma Recursal	Qual nulidade?	Decisão acórdão
0000346-78.2007.8.16.0132	136, CP	Peabiru	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000400-12.2009.8.16.0120	331, CP	Nova Fátima	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001303-36.2010.8.16.0080	129, CP	Engenheiro Beltrão	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade e extinção da punibilidade</b>	Recebimento da denúncia antes da defesa preliminar e prescrição	<b>Segue MP</b>
0004811-22.2010.8.16.0037	129 e 147, CP	Campina Grande do Sul	Não	Procedente	Defesa			
0000447-72.2010.8.16.0080	129, CP	Engenheiro Beltrão	-	Procedente	Defesa	<b>Extinção da punibilidade e condenação</b>	Prescrição in abstracto para o crime do art. 147, CP	Mantém condenação
0002150-80.2011.8.16.0087	140, CP	Guaraniaçu	-	Improcedente	MP			
0002516-49.2011.8.16.0175	21, LCP	Uraí	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade tópica/Condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	Mantém absolvição
00022570-19.2011.8.16.0019	307, CTB	Ponta Grossa	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0004352-97.2011.8.16.0097	129, CP	Ivaiporã	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade tópica/Condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP</b> e mantém condenação
0020842-40.2011.8.16.0019	50, LCP	Ponta Grossa	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Reforma: condenação
0000654.14.2011.8.16.0120	245, CP	Nova Fátima	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0040408-87.2011.8.16.0014	268, CP	Londrina	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0001706-09.2011.8.16.0132	246, CP	Peabiru	Não	Parcial procedente	Defesa	<b>Nulidade tópica/Condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP</b> e mantém condenação
0001642-78.2011.8.16.0138	330, CP e 309, CTB	Primeiro de Maio	-	Procedente	Defesa			
0004538-28.2011.8.16.0160	307, CP	Sarandi	-	Parcial procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0003328-19.2011.8.16.0005	32, LCP	Curitiba	-	Parcial procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000044-38.2012.8.16.0176	150, CP	Wenceslau Braz	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001554-86.2012.8.16.0176	42, LCP e 147, CP	Wenceslau Braz	Não	Procedente	Defesa	<b>Falta de interesse/Condenar/Absolver</b>		<b>Segue MP/Condenação/Absolvição</b>
0000619-97.2012.8.16.0159	147, CP	São Miguel do Iguaçu	-	Procedente	Defesa			
0006411-84.2012.8.16.0077	65, LCP	Cruzeiro do Oeste	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001260-62.2012.8.16.0102	309, CTB	Joaquim Távora	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000894-72.2012.8.16.0118	331, CP	Morretes	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000775-62.2012.8.16.0102	331, CP	Joaquim Távora	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0018798-14.2012.8.16.0019	307, CP	Ponta Grossa	Não	Procedente	MP	<b>Nulidade tópica/Condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP</b> e mantém condenação
00000471-46.2012.8.16.0140	331, CP	Quedas do Iguaçu	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0002979-46.2012.8.16.0113	147, CP	Mariaiva	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000636-79.2012.8.16.0080	28, 11343/2006	Engenheiro Beltrão	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0001063-92.2012.8.16.0107	129, CP	Mamborê	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Instrução antes do recebimento da denúncia	<b>Segue MP</b>
0001425-81.2012.8.16.0176	42, LCP	Wenceslau Braz	-	Procedente	Defesa			
0001735-10.2012.8.16.0040	331, CP	Altônia	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0003056-53.2012.8.16.0049	309, CTB	Astorga	Não	Procedente	Defesa	<b>Extinção da punibilidade</b>	Prescrição	<b>Segue MP</b>
0005130-93.2012.8.16.0077	129, CP	Cruzeiro do Oeste	-	Procedente	Defesa			
0000035-37.2012.8.16.0092	46, 9605/1998	Imbituva	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000755-17.2012.8.16.0120	33, §3, 11343/2006	Nova Fátima	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0004702-14.2013.8.16.0098	63, LCP	Jacarezinho	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0002315-06.2013.8.16.0040	331, CP	Altônia	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0088217-05.2013.8.16.0014	309, CTB	Londrina	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0005081-24.2013.8.16.0075	331, CP	Cornélio Procopio	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade tópica/Condenação</b>	Regime aberto como pena restritiva de direitos	<b>Segue MP</b> e mantém condenação
0000476-23.2013.8.16.0176	310, CTB	Wenceslau Braz	-	Procedente	Defesa			
0002204-02.2013.8.16.0176	21, LCP	Wenceslau Braz	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Recebimento da denúncia antes da defesa preliminar	<b>Segue MP</b>
0000495-29.2013.8.16.0176	42, LCP e 147, CP	Wenceslau Braz	-	Parcial procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001354-44.2013.8.16.0047	28, 11343/2006	Assaí	-	Procedente	MP	Majoração da pena		Mantém pena
0000193-12.2013.8.16.0172	330, CP	Ubiratã	Não	Procedente	Defesa			
0006884-71.2013.8.16.0033	28, 11343/2006	Pinhais	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Instrução antes do recebimento da denúncia	<b>Segue MP</b>
0026270-32.2013.8.16.0019	65, LCP	Ponta Grossa	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0011753-37.2013.8.16.0014	340, CP	Londrina	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0010633-93.2013.8.16.0131	150, CP	Pato Branco	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0044654-58.2013.8.16.0014	331, CP	Londrina	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
000055-53.2013.8.16.0040	42, LCP	Altônia	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0025249-15.2013.8.16.0021	331, CP	Cascavel	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0035070-64.2013.8.16.0014	129, CP	Londrina	Não	Improcedente	Assistente/Defesa e MP	<b>Intempestividade (MP)</b> e condenação		<b>Segue MP</b> e mantém absolvição
0003235-28.2013.8.16.0024	129, CP	Almirante Tamandaré	-	Improcedente	Assistente			
0005674-39.2013.8.16.0112	129, CP	Marechal Cândido Rondon	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação e reforma pena
0010151-54.2013.8.16.0129	150, CP	Paranaguá	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0003812-53.2013.8.16.0170	147, CP	Toledo	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0002959-79.2013.8.16.0029	329, CP	Colombo	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0000286-43.2013.8.16.0117	331, CP	Medianeira	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001053-14.2013.8.16.0107	129, CP	Mamborê	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Instrução antes do recebimento da denúncia	<b>Segue MP</b>
0002367-02.2013.8.16.0137	132, CP	Porcatu	-	Procedente	Defesa			
0003017-30.2013.8.16.0014	50, LCP	Londrina	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0006452-97.2013.8.16.0018	21, LCP e 129, CP	Maringá	-	Parcial procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0008583-94.2013.8.16.0131	331, CP	Pato Branco	-	Procedente	Defesa	Absolvição	-	Reforma: absolvição
0016703-35.2013.8.16.0129	307, CTB	Paranaguá	-	Procedente	MP	Majoração da pena	-	Mantém pena

\*Nulidade neste caso inclui também casos de extinção da punibilidade e recurso intempestivo.

continua

Nº Processo	Infração (art.)	Comarca	Nulidade* alegada?	Sentença	Recurso	MP Turma Recursal	Qual nulidade?	Decisão acórdão
0023430-43.2013.8.16.0021	331, CP	Cascavel	-	Procendente	Defesa	Minoração da pena	-	Mantém condenação e reforma pena
0037391-53.2013.8.16.0182	331, CP	Curitiba	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0014466-28.2013.8.16.0129	29, 9605/1998	Paranaguá	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0000359-74.2013.8.16.0162	147, CP	Sertãoópolis	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade e extinção da punibilidade</b>	Recebimento da denúncia antes da defesa preliminar e prescrição	<b>Segue MP</b>
0000309-06.2013.8.16.0176	135, CP	Wenceslau Braz	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001790-16.2013.8.16.0172	42, LCP	Ubiratã	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Instrução antes do recebimento da denúncia	<b>Segue MP</b>
0001003-72.2013.8.16.0176	21, LCP e 147, CP	Wenceslau Braz	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0002012-25.2013.8.16.0029	331, CP	Colombo	Não	Improcedente	MP	<b>Extinção da punibilidade</b>	Prescrição	<b>Segue MP</b>
0002892-37.2013.8.16.0184	330, CP	Curitiba	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade tópica/condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	Reforma: absolvição
0001089-91.2013.8.16.0063	42 e 65, LCP	Carlópolis	-	Parcial procedente	Defesa	Absolvição	-	Reforma: absolvição
0000969-55.2013.8.16.0093	331, CP	Ipiranga	-	Procendente	Defesa	Condenação/minorar pena	-	Mantém condenação e reforma pena
0009399-10.2013.8.16.0056	42, LCP	Cambé	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade tópica/condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP e mantém condenação</b>
0013445-59.2013.8.16.0018	331, CP	Maringá	-	Procendente	Defesa	Condenação/minorar pena	-	Reforma: absolvição
0000940-81.2013.8.16.0100	309, CTB	Jaguariaíva	-	Procendente	Defesa	Condenação/minorar pena	-	Mantém condenação
0003303-76.2013.8.16.0153	42, LCP	Santo Antônio da Platina	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000196-70.2013.8.16.0073	330, CP	Congoninhas	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade tópica/condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP e mantém condenação</b>
0022961-64.2013.8.16.0031	307, CTB	Guarapuava	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade tópica/condenação</b>	Regime aberto como pena restritiva de direitos	<b>Segue MP e mantém condenação</b>
0000020-73.2013.8.16.0176	303, CTB	Wenceslau Braz	Não	Procendente	Defesa	<b>Extinção da punibilidade</b>	Prescrição	<b>Segue MP</b>
0000239-40.2013.8.16.0159	309, CTB	São Miguel do Iguaçu	<b>Sim</b>	Procendente	Defesa	<b>Extinção da punibilidade</b>	Prescrição	<b>Segue recurso e MP</b>
0000291-78.2013.8.16.0145	349-A, CP	Ribeirão do Pinhal	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade tópica/Condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP e mantém condenação</b>
0001437-12.2013.8.16.0063	147, CP	Carlópolis	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém condenação
0002032-43.2013.8.16.0117	310, CTB	Medianeira	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Instrução antes do recebimento da denúncia	<b>Segue MP</b>
0033123-53.2013.8.16.0182	147, CP	Curitiba	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001565-51.2013.8.16.0186	42, LCP	Ampére	-	Procendente	Defesa	Absolvição	-	Mantém condenação
0020676-37.2013.8.16.0019	349-A, CP	Ponta Grossa	-	Procendente	Defesa	Condenação/minorar pena	-	Mantém condenação e reforma pena
0002268-12.2013.8.16.0176	29, 9605/1998	Wenceslau Braz	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000554-96.2014.8.16.0106	233, CP	Mallet	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade tópica/Condenação</b>	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP e mantém condenação</b>
0001333-52.2014.8.16.0138	233, CP	Primeiro de Maio	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001551-37.2014.8.16.0120	29, 9605/1998	Nova Fátima	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001586-62.2014.8.16.0066	232, 8069/1980	Centenário do Sul	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0024763-02.2014.8.16.0019	331, CP	Ponta Grossa	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Incompetência do Juízo	<b>Segue MP</b>
0001671-38.2014.8.16.0134	28, 13343/2006	Pinhão	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0001687-45.2014.8.16.0084	310, CTB	Goioerê	Não	Procendente	Defesa	<b>Recurso intempestivo</b>	-	<b>Segue MP</b>
0003970-26.2014.8.16.0089	307, CTB	Ibaiti	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0005882-32.2014.8.16.0130	309, CTB	Paranavai	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0011097-86.2014.8.16.0130	304, CTB	Paranavai	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0014146-74.2014.8.16.0021	331, CP	Cascavel	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0015515-15.2014.8.16.0018	32, 9605/1998	Maringá	-	Procendente	Defesa	Condenação/minorar pena	-	Mantém condenação e reforma pena
0020557-68.2014.8.16.0075	129, CP	Cornélio Procópio	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0068611-54.2014.8.16.0014	331, CP	Londrina	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0052129-31.2014.8.16.0014	50, LCP	Londrina	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0010064-58.2014.8.16.0131	41, LCP	Pato Branco	-	Procendente	Defesa	Absolvição	-	Reforma: absolvição
0002620-67.2014.8.16.0100	147, CP	Jaguariaíva	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0006648-94.2014.8.16.0030	268, CP	Foz do Iguaçu	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0011979-96.2014.8.16.0017	3, 4898/1965	Maringá	-	Procendente	Defesa	Absolvição	-	Reforma: absolvição
0014338-16.2014.8.16.0018	71, CDC	Maringá	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0024740-50.2014.8.16.0021	309, CTB	Cascavel	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000249-93.2014.8.16.0080	309, CTB	Engenheiro Beltrão	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação e reforma pena
0000342-83.2014.8.16.0071	129, CP	Clevelândia	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0000555-71.2014.8.16.0077	129, CP	Cruzeiro do Oeste	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Ausência de recebimento da denúncia	<b>Segue MP</b>
0025048-88.2014.8.16.0182	129, CP	Curitiba	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0003087-53.2014.8.16.0130	42, LCP	Paranavai	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0004338-09.2014.8.16.0130	331, CP	Paranavai	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001622-59.2014.8.16.0178	331, CP	Curitiba	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Reforma: condenação
0001339-95.2014.8.16.0126	268, CP	Palotina	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001145-09.2014.8.16.0187	21, LCP	Curitiba	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0006790-86.2014.8.16.0131	42, LCP	Pato Branco	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0020750-83.2014.8.16.0075	330, CP	Cornélio Procópio	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0002779-63.2014.8.16.0050	29, §1º, III, 9605/1998	Bandeirantes	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0007177-04.2014.8.16.0131	147, CP	Pato Branco	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0057882-66.2014.8.16.0014	47, LCP	Londrina	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001855-62.2014.8.16.0176	147, CP	Wenceslau Braz	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0034576-49.2014.8.16.0182	28, 11343/06	Curitiba	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0000264-52.2014.8.16.0051	309, CTB e 147, CP	Barbosa Ferraz	-	Parcial procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação

\*Nulidade neste caso inclui também casos de extinção da punibilidade e recurso intempestivo.



continua

Nº Processo	Infração (art.)	Comarca	Nulidade* alegada?	Sentença	Recurso	MP Turma Recursal	Qual nulidade?	Decisão acórdão
0006100-98.2014.8.16.0182	307, CP	Curitiba	-	Procendente	Defesa	Condenação/minorar pena	-	Mantém condenação e reforma pena
0011771-05.2014.8.16.0182	42, LCP	Curitiba	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0025057-50.2014.8.16.0182	50, LCP	Curitiba	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0005910-28.2014.8.16.0056	50, LCP	Cambé	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação e reforma pena
0000470-10.2014.8.16.0102	34, LCP e 330, CP	Joaquim Távora	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Reforma: condenação
0008968-39.2014.8.16.0056	50, LCP	Cambé	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001586-65.2014.8.16.0162	147, CP	Sertãoópolis	Não	Improcedente	MP	<b>Recurso intempestivo</b>	-	<b>Segue MP</b>
0000275-21.2014.8.16.0071	329, CP	Clevalândia	-	Procendente	MP	Majoração da pena	-	Pena majorada
0018048-44.2014.8.16.0018	331, CP	Maringá	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0013937-69.2014.8.16.0130	28, 11343/2006	Paranavaí	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0001562-36.2014.8.16.0130	248 e 330, CP	Paranavaí	-	Improcedente	Assistente	Absolvição	-	Mantém absolvição
0001571-78.2014.8.16.0071	147, CP	Clevalândia	-	Procendente	MP	Majoração da pena	-	Pena majorada
0001993-40.2014.8.16.0043	29, §1º, III, 9605/98 e 42, LCP	Antonina	-	Procendente	Defesa	Condenação/restituição de bem	-	Mantém condenação e restitui bem
0003675-72.2014.8.16.0029	330, CP	Colombo	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0014662-06.2014.8.16.0018	309, CTB	Maringá	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0017136-47.2014.8.16.0018	331, CP	Maringá	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0018862-49.2014.8.16.0182	65, LCP e 147, CP	Curitiba	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0026537-67.2014.8.16.0019	330, CP	Ponta Grossa	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0078786-10.2014.8.16.0014	147, CP	Londrina	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001778-52.2014.8.16.0047	309, CTB	Assaí	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000748-56.2014.8.16.0087	147, CP	Guaraniaçu	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Instrução antes do recebimento da denúncia	<b>Segue MP</b>
0014286-72.2014.8.16.0130	309, CTB	Paranavaí	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0004568-50.2014.8.16.0098	28, 11343/2006	Jacarezinho	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000603-64.2014.8.16.0098	309, CTB	Jacarezinho	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000004-79.2014.8.16.0178	331, CP	Curitiba	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0074427-17.2014.8.16.0014	331, CP	Londrina	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0012664-55.2014.8.16.0130	28, 11343/2006	Paranavaí	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0010537-85.2014.8.16.0182	21, LCP e 147, CP	Curitiba	-	Parcial procedente	Defesa	Absolvição	-	Reforma: absolvição
0003757-55.2014.8.16.0045	331, CP	Arapongas	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade tópica</b> /condenação	Falta de fundamentação na dosimetria da pena	<b>Segue MP e mantém condenação</b>
0000726-56.2014.8.16.0100	28, 11343/2006	Jaguariaíva	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0012861-48.2014.8.16.0182	65, LCP	Curitiba	-	Procendente	Defesa	Condenação/minorar pena	-	Mantém condenação e reforma pena
0002192-83.2014.8.16.0036	150, CP	São José dos Pinhais	-	Arquivamento	Assistente	Não conhecimento	-	Mantém arquivamento
0007001-89.2014.8.16.0045	147, CP	Arapongas	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0029774-06.2014.8.16.0021	65, LCP	Cascavel	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0000223-45.2014.8.16.0129	331, CP	Paranaguá	-	Improcedente	MP	Absolvição	-	Mantém absolvição
0000346-20.2014.8.16.0169	331, CP	Tibagi	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0023628-48.2014.8.16.0182	50, LCP	Curitiba	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001741-68.2014.8.16.0162	309, CTB	Sertãoópolis	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0005073-42.2014.8.16.0130	305 e 309, CTB	Paranavaí	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001659-59.2015.8.16.0014	21, LCP	Londrina	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0000531-85.2015.8.16.0181	42, LCP	Marmeleiro	Sim	Procendente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Não oferecimento de medida despenalizadora	<b>Segue recurso e MP</b>
0001643-40.2015.8.16.0165	42, LCP	Telêmaco Borba	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0002958-64.2015.8.16.0178	42, LCP	Curitiba	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0012193-62.2015.8.16.0014	3, 4898/1965	Londrina	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0015561-60.2015.8.16.0182	28, 11343/2006	Curitiba	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0016092-56.2015.8.16.0018	58, LCP (Pedido de Restituição)	Maringá	-	Improcedente	Defesa	Improcedente	-	Mantém improcedência
0020408-12.2015.8.16.0019	42, LCP	Ponta Grossa	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0001064-83.2015.8.16.0071	147, CP	Clevalândia	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0000983-96.2015.8.16.0019	330, CP	Ponta Grossa	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0002530-29.2015.8.16.0131	129, CP	Pato Branco	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0012117-19.2015.8.16.0182	58, 6259/1944	Curitiba	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade tópica</b> /Condenação	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP e mantém condenação</b>
0016374-87.2015.8.16.0182	28, 11343/2006	Curitiba	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0000229-08.2015.8.16.0100	129, §9 , CP	Jaguariaíva	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Incompetência do Juízo	<b>Segue MP</b>
0014687-73.2015.8.16.0021	307, CTB	Cascavel	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0001163-63.2015.8.16.0100	349-A, CP	Jaguariaíva	Não	Procendente	Defesa	<b>Nulidade tópica</b> /Condenação	Serviço à comunidade em pena menor de seis meses	<b>Segue MP e mantém condenação</b>
0021338-24.2015.8.16.0021	307, CTB	Cascavel	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0003836-91.2015.8.16.0047	309, CTB e 330, CP	Assaí	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0002224-57.2015.8.16.0132	42, LCP	Peabiru	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0011378-69.2015.8.16.0045	28, 11343/2006	Arapongas	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0036192-23.2015.8.16.0021	307, CTB	Cascavel	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0000438-52.2015.8.16.0075	330, CP	Cornélio Procopio	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001033-25.2015.8.16.0019	331, CP	Ponta Grossa	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0009206-34.2015.8.16.0182	28, 11343/2006	Curitiba	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Reforma: recebimento
0028100-77.2015.8.16.0014	331, CP	Londrina	-	Procendente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação

\*Nulidade neste caso inclui também casos de extinção da punibilidade e recurso intempestivo.

								conclusão
Nº Processo	Infração (art.)	Comarca	Nulidade* alegada?	Sentença	Recurso	MP Turma Recursal	Qual nulidade?	Decisão acórdão
0001815-98.2015.8.16.0191	42, LCP	Curitiba	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0001370-29.2015.8.16.0014	331, CP	Londrina	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0005319-40.2015.8.16.0021	307, CTB	Cascavel	Não	Procedente	Defesa	<b>Nulidade</b>	Ausência de recebimento da denúncia	<b>Segue MP</b>
0016751-56.2015.8.16.0021	307, CTB	Cascavel	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Mantém rejeição
0000170-43.2015.8.16.0060	42, LCP	Cantagalo	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0002186-51.2015.8.16.0130	28, 11343/2006	Paranavai	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0007296-92.2015.8.16.0045	28, 11343/2006	Arapongas	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Mantém rejeição
0013158-44.2015.8.16.0045	28, 11343/2006	Arapongas	-	Rejeição	MP	Recebimento	-	Mantém rejeição
0000315-24.2015.8.16.0085	129 e 147, CP	Grandes Rios	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Condenação/Absolvição
0004981-39.2015.8.16.0030	307, CTB	Foz do Iguaçu	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
0003024-30.2015.8.16.0021	147, CP	Cascavel	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0020198-52.2015.8.16.0021	349-A, CP	Cascavel	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Reforma: absolvição
0000023-43.2015.8.16.0019	42, LCP	Ponta Grossa	-	Procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação
003629-48.2016.8.16.0018	3, 4898/1965	Maringá	-	Improcedente	MP	Condenação	-	Mantém absolvição
0005904-67.2016.8.16.0018	32, 9605/1998	Maringá	-	Parcial procedente	Defesa	Condenação	-	Mantém condenação

\*Nulidade neste caso inclui também casos de extinção da punibilidade e recurso intempestivo.